

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DO TRABALHO E DA EMPRESA

DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

ALCOLISMO
A PESSOA ALCOÓLICA E A SUA REDE DE RELAÇÕES

António José Pinão Martins

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Família e Sociedade

Orientador(a):
Professora Doutora Anália Torres, Professora Auxiliar,
ISCTE

Dezembro, 2008

Agradecimentos

A realização desta tese não teria sido possível sem a colaboração dedicada de algumas pessoas que, na sua disponibilidade cooperante, têm grande responsabilidade neste trabalho.

Neste sentido presto aqui os meus mais humildes e mais sinceros agradecimentos às vinte e quatro pessoas que aceitaram partilhar vivências tão pessoais, sem o que este trabalho não se realizaria. Do mesmo modo não posso deixar passar em claro a sistemática disponibilidade da Professora Doutora Anália Torres, que, como orientadora desta tese, se mostrou incansável nos cuidados e conselhos que manifestou e deu a este trabalho, sendo hoje para mim, mais do que a orientadora da tese, a amiga que me acompanhou na mesma.

Presto ainda homenagem à paciência, dedicação e incansável disponibilidade que a minha esposa manifestou ao longo do tempo que durou a elaboração deste trabalho, atributos que foram absolutamente decisivos na tranquilidade de que necessitei para a realização do mesmo.

E a todos os amigos que nesta caminhada me acompanharam, aqui fica um pensamento para eles, com particular carinho para o Marcos, que, do seu tempo me deu horas absolutamente indispensáveis à conclusão deste estudo.

Finalmente, aos meus pais e outros familiares que, no seu amor e dedicação me trouxeram até este momento.

A todos um bem haja.

Resumo

Pretendemos com este estudo tentar entender alguns dos caminhos através dos quais se desenvolve o comportamento alcoólico, bem como perceber se a questão do género e do grau de escolaridade intervêm na sua estruturação.

A partir de uma base teórica fundamentada nos estudos de alguns autores, partiremos para um estudo empírico que pretende entender o pensamento da pessoa alcoólica sobre o que é o seu alcoolismo e como é que ela entende a visão que a sua rede de relações tem sobre o mesmo.

Por acreditarmos que homens e mulheres poderão fazer diferentes análises do assunto, e que o grau de escolaridade pode também influenciar tais leituras, optámos por abordar os dois géneros, única forma de captarmos a possibilidade de encontrar as diferenças que a leitura de alguns autores nos sugeriram.

Palavras-chave – alcoolismo, família, género, rede de relações.

Abstract

Through out this study we try to achieve an understanding of some of the paths in which alcoholic behaviour strives on, as well as to understand the meaning of gender and academic achievement in its structure.

On a theoretical basis established by many authors, along with these, we will try to achieve an insight on the empiric study of the mental process of an alcoholic subject, on his personal view of this profound problem and how his network faces this very same issue.

Because we believe men and women would have different analysis on this subject, and that their academic achievement might also influence such readings, we have chosen to approach both genders, in order to capture the differences and possibilities each author recommends.

Key words – alcoholism, family, gender, network.

ÍNDICE

	página
Introdução	1
1. Família, Consumo de Álcool e Comportamento Alcoólico	3
1.1. A organização da família sob o ponto de vista sistémico	3
1.2. Da perspectiva sistémica à visão sociológica de família	6
1.3. Do consumo de álcool ao alcoolismo	9
2. Género, Sexo e Comportamento Alcoólico	20
2.1. A des-sacralização do sexo constrói o género	21
2.2. O comportamento alcoólico a duas vozes	27
3. Conjugalidade e Relações Alcoólicas	31
3.1. A conjugalidade como factor de mudança social	31
3.2. Comportamento alcoólico e vida familiar	33
4. O Álcool, um Inimigo sem Rosto?	35
5. Enquadramento do estudo que se segue	39
5.1. Metodologia	39
5.1.1. Questões de Partida	39
5.1.2. Esclarecimento das questões	40
5.1.3. Exequibilidade do estudo	40
5.1.4. Pertinência do estudo	40
5.1.5. Hipóteses	40
5.1.6. Caracterização dos Participantes	41
5.1.7. Caracterização do Instrumento	42
5.1.8. Procedimento	42
5.1.9. Dimensões de Análise	42
6. Análise dos Resultados	44
6.1. Inícios, origens e razões do alcoolismo	44
6.2. Alcoolismo, Vivências e Consequências	51
6.3. Recuperação	63
7. Síntese	65
8. Conclusão	70
9. Anexo	73
10. Referências bibliográficas	75

Introdução

Com este trabalho pretendeu-se, no âmbito da temática do alcoolismo, que alguns autores como Jean-Paul Roussaux, Blandine Faoro-Kreit e Denis Hers preferem designar por comportamento alcoólico, perceber que leituras fazem as pessoas participantes neste estudo, em recuperação, do seu estado de alcoolismo, seja em relação ao início do consumo, às origens e razões para o referido comportamento, às vivências e consequências do mesmo, seja nas motivações que as levaram a aderir a um programa de recuperação.

Estamos conscientes de que corremos algum risco ao aventurarmo-nos a centrar a problemática nas pessoas alcoólicas, sobretudo pela via da leitura que estas fazem das atitudes das suas redes de relações face ao seu alcoolismo, essencialmente porque, na revisão de literatura realizada, provavelmente pobre, não encontrámos outros estudos que nos orientassem teórica e metodologicamente, mas assumimos o risco. Se falharmos, fica-nos pelo menos o doce sabor de termos tentado uma abordagem que nos parece diferente em relação ao problema em estudo.

Porque nos parece ser a partir do seio da família que a situação de alcoolismo mais problemas gera, iniciaremos o primeiro capítulo com uma abordagem teórica a duas concepções de família, uma mais psicológica e a outra muito do ramo da sociologia, para assim a enquadrarmos na centralidade que nos parece ser óbvio ela ter, seja como ponto de partida seja como destino de um problema que, por não ser simples exige muita abertura no seu tratamento. Concluiremos o capítulo introduzindo a temática central do estudo, o alcoolismo, fazendo uma curta viagem que começa no consumo, aparentemente pacífico ou não, para terminar nas consequências gravosas a que um consumo não controlado leva.

No segundo capítulo, “Género Sexo e Comportamento Alcoólico”, tentaremos, depois de reflectirmos sobre as consequências sociais que a confusão entre os dois conceitos (género e sexo) geram na gestão dos comportamentos de homens e mulheres, onde uma padronização dos mesmos continua a assentar numa perspectiva tipicamente masculina,

perceber o porquê de em muita literatura especializada se falar de alcoolismo masculino e alcoolismo feminino.

O terceiro capítulo “Conjugalidade e Relações Alcoólicas” centra-se essencialmente sobre as questões da conjugalidade, sobretudo no que esta matiza a relação a partir da qual se constrói a ideia de família. Faremos uma leitura, forçosamente breve, à problemática do comportamento alcoólico nalguns dos aspectos em que este afecta as relações conjugais, e como a partir destas se transpõe para o resto da família.

Concluiremos a parte teórica deste estudo com o quarto capítulo, onde tecemos algumas considerações que de algum modo se relacionam ou referem a políticas relativas ao consumo de bebidas alcoólicas, por exemplo nas camadas jovens, hoje em dia muito despertadas para este tipo de consumo, num comportamento aditivo associado a outras substâncias.

Na Segunda parte, parte prática, depois de apresentarmos as questões metodológicas que orientaram o estudo de campo, digamos assim, apresentaremos uma análise dos resultados obtidos nas vinte e quatro entrevistas feitas, a partir dos quais são testadas as hipóteses levantadas, para de seguida fazermos uma síntese dos mesmos e concluirmos o trabalho com uma leitura final aos resultados obtidos.

1. Família, Consumo de Álcool e Comportamento Alcoólico

A família, essa instituição extraordinariamente auto-organizativa, se vem sobrevivendo às mais profundas convulsões sociais que a história da humanidade tem experimentado, será muito provavelmente porque o homem, um ser geneticamente social, não poderá construir o seu futuro à margem dela. Diz-nos Martine Segalen que «Cada época conhece as suas formas familiares; sociedade e família são o produto de forças sociais, económicas e culturais comuns, sem que uma seja o resultado da outra.» (Segalen, 1999, p. 10).

Para um enquadramento mais sistematizado do tema central deste estudo, em torno do alcoolismo, e porque parece ser no seio da família que este mais implicações tem, iniciamos este capítulo abordando duas perspectivas teóricas em torno da organização familiar, no sentido de entendermos como se perspectiva ela, seja sob um ponto de vista psicológico, mais funcional, seja sob um ponto de vista sociológico, mais contextual. Terminaremos o capítulo introduzindo o tema central do estudo, tentando perceber, pelo menos nalguns aspectos, como se passa do consumo não dependente de álcool ao comportamento alcoólico.

1.1. A organização da família sob o ponto de vista sistémico

O modelo sistémico, inspirado na teoria geral dos sistemas de Bertalanffy (Barker, 2000), a qual enuncia um conjunto de pressupostos aplicáveis a sistemas tão diferentes como os biológicos, os físico-químicos ou os sociais, e sistematizado pela teoria cibernética¹ de Norbert Wiener (Alarcão, 2006), entende a família como «um sistema, um todo, uma globalidade que só nessa perspectiva holística pode ser compreendida.» (Relvas, 2004, p. 10). É esta perspectiva que nos permite entender a família como uma entidade complexa, um todo constituído por partes que simultaneamente a influenciam e

¹ A partir dos anos 70 Foerster fala de uma cibernética de segunda ordem, por oposição à de Wiener, nesta altura definida como de primeira ordem. Aquele autor distingue a segunda da primeira entre outras razões pelo facto de naquela se entender o terapeuta como fazendo parte do sistema em tratamento, designando-o por sistema observante, ao invés do que acontecia na primeira, em que o terapeuta era visto como um elemento externo ao sistema, pelo que designava este por sistema observado.

são influenciadas por ela, numa dinâmica de circularidade onde um acontecimento causal se torna simultaneamente consequência de novas dinâmicas causais, através de uma complexa teia de interações que pautam e matizam o funcionamento da família.

Mas o que é então um sistema? Para Marc e Picard (cit. In Alarcão, 2006, p. 17), um sistema é um «conjunto de elementos em interação de tal forma que uma modificação num deles provoca uma modificação de todos os outros». Esta Conceção de sistema abre-nos a porta para o entendimento do que é a família enquanto um todo, seja na sua organização seja no seu desenvolvimento. Permite-nos ainda compreender os mecanismos interactivos que a materializam enquanto sistema aberto; Watzlawick et al, dizem-nos que «os sistemas orgânicos são abertos, significando que eles permutam materiais, energias ou informação com seus meios.» (Watzlawick, Beavin e Jackson, s.d., p. 111), numa complexa rede de relações interaccionais estabelecidas entre as diferentes unidades subsistémicas que a compõem, comunicação intrassistémica, e do mesmo modo na complexa teia de relações estabelecidas entre ela enquanto sistema com outras unidades sistémicas (comunicação intersistémica.)

Para Ana Paula Relvas «cada família enquanto sistema é um todo mas é também parte de sistemas, de contextos mais vastos nos quais se integra (comunidade, sociedade).» (Relvas, 2004, p. 11). Nesta perspectiva, a família enquanto sistema é entendida como um todo, uma unidade autónoma, capaz de estabelecer relações interactivas com unidades semelhantes, relações horizontais, ou com unidades de complexidade diferente, relações verticais (Alarcão, 2006).

A família, enquanto unidade sistémica, dotada de complexidade no seu funcionamento, organização e desenvolvimento (Relvas, 2004), é composta por elementos que, na sua qualidade de constituintes do sistema familiar, se organizam em sub-unidades funcionais que interagem entre si , numa rede de relações que Madalena Alarcão define por sequências repetitivas (Alarcão, 2006).

Tais sequências repetitivas, que Minuchin (cit. In Alarcão, 2006, p. 51) designa por padrões transaccionais, «regulam não só as trocas afectivas, cognitivas e comportamentais dos diferentes membros, como lhes especificam papéis particulares.».

As diferentes unidades sistémicas (sistemas e subsistemas), enquanto estruturas dotadas de certo grau de autonomia, implicam a existência de contextos espaço-funcionais onde evoluem, ao longo do tempo e segundo determinada ordem. Esses contextos espaço-funcionais, inerentes a cada sistema ou subsistema, são limitados por fronteiras que, segundo Madalena Alarcão, «são permeáveis, i.é, permitem a passagem selectiva de informação,» (Alarcão, 2006, p. 43). É esta permeabilidade, muito característica dos sistemas abertos, que permite à família interagir com o exterior, e internamente entre os subsistemas que a constituem, numa rede de relações intercomunicacionais que podem ser potencialmente promotoras de desenvolvimento.

A família, enquanto sistema, pode então ser entendida como uma estrutura em desenvolvimento, num processo de evolução contínuo. Este processo de evolução é caracterizado por sequências de transformações na organização familiar, promovidas por tarefas claramente assumidas pelos seus membros, transformações essas que Ana Paula Relvas (2004) designa por ciclo vital, constituindo aquelas as diferentes etapas do referido ciclo. Diz-nos a autora que «as tarefas de desenvolvimento da família, para além de se relacionarem com as características individuais dos elementos que a compõem, têm que ver com a pressão social para o desempenho adequado de tarefas essenciais à continuidade funcional do sistema-família.» Relvas, 2004, p. 16).

Para Philip Barker (2000), não se pode falar num padrão normal de funcionamento familiar, adiantando o autor que o mais importante a ter em conta será o perceber «se a família responde às necessidades - materiais, emocionais e espirituais - dos seus elementos. Será todavia difícil saber quando isso acontece, pelo que qualquer ponto limite terá de ser inevitavelmente arbitrário.» (Barker, 2000, p. 23). Minuchin (1979, cit. In Alarcão, 2006, p. 59), diz-nos que «as famílias podem ser escalonadas num continuum que vai de um pólo emaranhado (fronteiras difusas) a um pólo desmembrado (fronteiras rígidas)», admitindo-se situar-se o ponto de equilíbrio funcional algures entre estes dois polos, mas não numa posição rigidamente predefinida.

Por famílias emaranhadas entendem-se aquelas que, no seu funcionamento, se fecham sobre si mesmas, alimentando envolventes intercâmbios e preocupações entre os seus membros, diminuindo as distâncias relacionais entre eles e misturando as fronteiras geracionais (pais-filhos, netos-avós, etc.). Segundo Madalena Alarcão, «Num acentuar deste movimento interno, estabelecem fronteiras rígidas com o exterior. (Alarcão, 2006, p. 59), muito naturalmente por uma questão de defesa contra eventuais intrusões.

Relativamente às famílias desmembradas, estas estabelecem fronteiras muito rígidas no seu interior, limitando fortemente o intercâmbio entre os seus membros, que apresentam uma atitude fortemente individualista na relação intrafamiliar, e fronteiras difusas com o exterior, isto é, fronteiras que são pouco definidas e facilmente violadas.

1.2. Da perspectiva sistémica à visão sociológica de família

O conceito de família nuclear, numa perspectiva psicológica tão caro à terapia familiar, tipicamente de inspiração sistémica, é definido sob um ponto de vista mais sociológico por Jean Kellerhals, Pierre-Yves Troutot e Emmanuel Lazega como «a coabitação e a cooperação socialmente reconhecidas de um casal com os respectivos filhos» (Kellerhals, Troutot e Lazega, 1989, p. 9).

A convicção de que a família nuclear é um produto das sociedades industriais, defendida pelos sociólogos dos anos cinquenta e sessenta do século XX, (Segalen, 1999), não se repercutiu nos estudos dos investigadores do final do século. A ideia de família tradicional (pré-industrial) alargada a três gerações, é desmistificada por estes últimos quando afirmam que numa boa parte da Europa, nessa altura, o modelo comum de família já apresentava muitas das características configurativas típicas da generalidade das famílias dos meados do século XX. Segalen, (1999), vai mais longe e adianta mesmo que, ao invés do que sugeriram aqueles, «Os processos de industrialização não assumiram uma posição contra a família, e em numerosas situações a família acompanhou-os.» (Segalen, 1999, p. 12).

Na perspectiva de Chiara Saraceno, o modo como se define e concebe a família obedece essencialmente a duas ordens de razão causal; para a autora «a primeira tem a ver com as diferenças culturais e de valor, a segunda com os níveis do discurso.» (Saraceno, 2003, p. 18). No que diz respeito às diferenças culturais e de valor, é interessante notar o quanto a noção de família tem “evoluído” ou mais precisamente se tem diversificado, em particular a partir das duas últimas décadas do século XX, falando-se hoje em famílias monoparentais, famílias reconstituídas, uniões de facto, etc., estendendo-se assim o leque de modalidades de organização familiar a novas concepções de família

(Barker, 2000). Ao nível do discurso podemos definir as famílias sob variados pontos de vista, tais como o religioso, o moral, o legal, o cultural, etc. (Saraceno, 2003), pontos de vista estes que operacionalizam uma variedade muito diversificada de modos de conceber e definir uma determinada perspectiva de família, e não um modelo acabado da mesma.

A perspectiva americana, de início inspirada nos princípios que fundamentaram o pensamento da escola sociológica de Chicago, onde Burgess assumiu um papel decisivo na condução dos estudos sobre a família, seguiu uma orientação diferente da que havia sido defendida pela sociologia francesa, que teve até essa altura em Durkheim o seu expoente máximo. Para aquele autor, a grande transformação que a família sofreu, em boa medida devido à passagem de um tipo agrícola e artesanal para um modelo industrial de sociedade (Kellerhals, Troutot e Lazega, 1989), com todas as consequências sociais que tal passagem gerou, materializou-se na transição do clássico estilo institucional de família para uma nova forma de constituição da mesma, baseada no companheirismo (Torres, 2001). Basicamente, o que este modelo traz de novo é o facto de o casamento não ser mais uma imposição da instituição familiar, mas um acto de livre escolha por parte daqueles que decidem fundar uma nova família. Deste modo se alterou radicalmente o velho pressuposto que concedia àquela o direito de decidir como, quando e com quem o casamento dos mais novos se efectuaria, numa atitude de perpetuação do poder da família enquanto instituição, passando a ser o casamento que funda a família (Torres, 2001), ao invés do que preconizava o modelo clássico.

Para Burgess, a noção de companheirismo atribuída à família consubstancia uma determinada perspectiva de organização, mais dirigida à gratificação e promoção do bem-estar afectivo dos seus membros, do que propriamente ao tipo organizativo voltado para aspectos de natureza económica. A desvalorização das funções económicas da família, designadamente ao nível da gestão dos recursos, pode considerar-se uma das fragilidades do modelo, uma vez que se veio a verificar que esta questão era relevante no funcionamento daquela. Um outro aspecto que justifica algumas críticas prende-se com o facto de o autor entender a vida familiar e a vida pública como realidades independentes. A este respeito Anália Torres diz-nos que «importa clarificar que Burgess apresenta a vida familiar e a vida pública como esferas autónomas, dicotomizáveis, por serem governadas por lógicas diferentes;» (Torres, 2001, p. 36),

lógicas essas que se ligam no domínio do privado à intimidade da família e à protecção que nela se busca, e do público à competição que a interacção social implica na perseguição de interesses não consignados à família.

Numa perspectiva diversa da que Burgess advogava, Parsons abordou as questões da família em direcção diferente. Para este autor não fazia sentido falar de crise ou desorganização na família americana da primeira metade do século XX, porque o que estava a acontecer era o resultado de um conjunto de transformações na estrutura social que a encaminhavam para uma redefinição das suas funções, as quais consubstanciariam um novo conceito de conjugalidade. Neste sentido, e para garantir a estabilidade da família, caberia ao homem a responsabilidade externa de assegurar a subsistência desta (papel instrumental), competindo à mulher a incumbência de gerir os trabalhos internos (papel expressivo), isto é, o conjunto de tarefas que fariam funcionar² o núcleo familiar, como «a socialização das crianças e a estabilização da personalidade do adulto.» (Torres, 2001, p. 42). Podemos identificar nesta concepção de família uma relação de complementaridade entre os cônjuges, complementaridade essa que Parsons entendia ser o garante do equilíbrio da família, contra a perspectiva de uma igualdade de papéis (diremos nós e de estatuto), entre os cônjuges. Para Parsons essa igualdade de papéis, relação simétrica, não faria sentido, já que a sua operacionalização, pensava, resultaria numa relação competitiva entre os elementos do casal, o que levaria à destruição da unidade familiar enquanto sistema, ou subsistema na rede de relações com a sociedade.

Concluindo esta breve análise às três abordagens clássicas na sociologia da família americana, é agora o momento de referir algumas das ideias de Goode sobre o assunto. Este autor demarca-se decididamente tanto do pensamento de Burgess como do de Parsons, ao assumir de modo inequívoco a defesa dos direitos cívicos das mulheres, numa clara atitude ideológica de reconhecimento do que deve ser a igualdade entre os sexos. Por outro lado, para Goode a velha relação subalterna da família em relação a outros contextos da vida social não faz sentido, já que aquela interage com estes numa relação de mútua influência, tese que não era defendida por Burgess, quando entendia que a vida familiar e a vida pública eram realidades independentes.

² Foi a tónica colocada por Parsons mais no funcionamento da família, essencialmente pela via da distribuição de funções entre os seus membros, especialmente no domínio da relação conjugal, que o modelo parsoniano ficou conhecido por modelo funcionalista.

Um aspecto interessante para que Anália Torres nos alerta, pensando Goode, é o facto de na generalidade dos casos os padrões familiares ideais descritos não terem muito a ver com as realidades vividas (Torres, 2001). Neste sentido, e no que diz respeito por exemplo à liberdade que os jovens teriam para escolher o cônjuge, a autora esclarece dizendo que «Goode afirma que a norma era considerar não deverem os pais interferir na escolha dos seus filhos. Mas o que se passava era que eles, efectivamente, interferiam.» (Torres, 2001, p. 55). Goode revela ter uma consciência bem clara do que é a realidade das famílias no contexto social, ao referir, novamente pensado por Anália Torres, que os padrões de família não se subalternizam aos princípios económicos próprios do desenvolvimento industrial, sendo prova disso o facto de, nas mais diversas circunstâncias, as famílias terem ao longo dos tempos resistido a todas as transformações sociais por que passaram (Torres, 2001).

1.3. Do consumo de álcool ao alcoolismo

O alcoolismo é hoje, nas sociedades ocidentais, um grave problema de saúde pública - com uma taxa de prevalência segundo Jean-Paul Roussaux, Blandine Faoro-Kreit e Denis Hers (2002) de entre 1 e 10% da população, conforme as diferentes definições de alcoolismo -, que vem merecendo por parte das autoridades responsáveis pela implementação daquela, bem como pela sociedade civil em geral, um progressivo aumento de tomadas de posição face ao mesmo, seja por via do desenvolvimento de políticas conducentes à inibição do seu consumo excessivo, através de campanhas de sensibilização para o problema (nas escolas, nos meios de comunicação social, etc.) seja pela reformulação do quadro jurídico que regulamenta o consumo e venda de bebidas alcoólicas.

Se para alguns autores, como Roussaux, Faoro-Kreit e Hers (2002) permanece por esclarecer a questão de se o alcoolismo é ou não uma entidade nosográfica no sentido clássico do termo, afirmando aqueles que «continua em aberto a questão de saber se existe uma estrutura psicopatológica particular e identificável específica ao doente alcoólico» (Roussaux, Faoro-Kreit e Hers, 2002, p. 21), Para outros, como Jean Adès e Michel Lejoyeux «beber álcool é, por excelência, um comportamento social cujas funções hedónicas ligadas às propriedades psicotrópicas positivas do etanol em doses

fracas são inegáveis» (Adès e Lejoyeux, 2004, p. 12). Parece-nos, a partir destes dois pontos de vista, que a questão deve ser analisada mais em termos de grau e controle de consumo do que propriamente no carácter tóxico de que o álcool se pode revestir. Então, consumo moderado de álcool e alcoolismo serão duas realidades diferentes, sem contudo deixarmos de admitir que é a partir do aumento da primeira situação que se pode chegar à segunda. Neste sentido, Fátima Ismail (2002) diz-nos que para as pessoas que não conseguem beber controladamente o álcool é maligno, enquanto que para as que controlam um consumo moderado ele pode ser até benigno.

Levanta-se então a questão de saber o que se entende por alcoolismo e por consumo moderado. Se no primeiro caso se trata de um comportamento compulsivo de ingestão de álcool derivado de «dependência física, comprovada pela presença de uma síndrome de desmame, quando o consumo é interrompido, ou de uma tolerância acrescida» (Roussaux, Faoro-Kreit e Hers, (2002), p. 23), no que diz respeito à noção de consumo moderado, que Fátima Ismail (2002) designa por “beber integrado”, este consiste num beber não nocivo, entendendo-se por “não nocivo” um consumo de quantidades que não venham a curto, médio ou longo prazo provocar no consumidor perturbações, sejam elas orgânicas, psíquicas, sociais, ou interligadas, como acaba por ser o caso mais frequente.

De acordo com Jean Adès e Michel Lejoyeux (2004), baseados no modelo de Van Dijk proposto em 1979, pode falar-se em 5 tipos de alcoolização³, passíveis de dar forma a uma evolução para a dependência alcoólica. São eles: o primeiro contacto com o álcool, o estágio experimental, o estágio de alcoolização⁴ integrada, o estágio de alcoolização excessiva e o estágio da dependência.

Numa análise sucinta a estes cinco estádios, diremos que o primeiro pode acontecer em diferentes idades, nas mais variadas circunstâncias e com efeitos que dependem muito da reacção psicofisiológica do indivíduo. É frequente na adolescência por diferentes razões (auto-afirmação, atitude submissa perante influências externas, simples vontade

³ Na verdade parece não ser ajustado falar em alcoolização nos primeiros estádios, pelo facto de o consumo de álcool não implicar imperativamente uma situação de embriaguez.

⁴ O termo alcoolização parece-nos, neste contexto, desadequado, já que o mesmo se refere, segundo o dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (2005) a um «acto, processo ou efeito de (se) alcoolizar» definindo-se ainda no mesmo dicionário o termo alcoolizar como «tornar-(se) embriagado; embebedar-(se) o que não é forçosamente o caso da pessoa que consome álcool com regularidade, mas de forma controlada.

de experimentar uma nova sensação, etc.) e segundo Jean Adès e Michel Lejoyeux (2004), na maior parte dos casos os indivíduos passam ao segundo estágio.

No estágio experimental a pessoa revela-se já conhecedora de diferentes bebidas alcoólicas, tem consciência da sua capacidade de ingestão e é receptiva à ideia de experienciar algumas vivências produzidas pelo álcool. À semelhança do que se passa com o primeiro estágio, também neste a maior parte dos indivíduos passa à fase seguinte.

E chegados ao terceiro estágio, aquele que pode estabilizar o consumidor como um bebedor moderado ou projectá-lo para as formas patológicas de consumo, o estágio de alcoolização integrada é definido por Jean Adès e Michel Lejoyeux como «o comportamento alcoólico definitivo, adoptado em função das regras sociais e culturais da sociedade a que o sujeito pertence» (Adès e Lejoyeux, 2004, p. 27). Os “consumidores integrados ou sociais”, como também são identificados, conseguem reduzir progressiva ou abruptamente o consumo de álcool, sem que tal facto lhes produza incómodo. Se a maioria destes indivíduos faz um percurso de vida mantendo-se como consumidores moderados, há contudo um certo número deles que passa ao quarto estágio, entrando num percurso já considerado de elevado risco, pela facilidade com que se deixam resvalar para a dependência patológica.

No quarto estágio, da alcoolização excessiva, os consumidores apresentam já um quadro alteracional significativo, com aumento da frequência dos consumos exagerados e das próprias quantidades de álcool ingeridas. Neste estado de alcoolização são identificáveis perturbações ao nível da saúde física e mental, do bem-estar geral e das relações conjugais, familiares e sociais em geral, sendo comum nesta situação começarem a surgir conflitos também na esfera profissional e no confronto com a ordem pública e a lei. Perante tal circunstância há bebedores que reduzem o consumo, estabilizando no estágio anterior (uso social integrado), deixando outros mesmo de consumir por completo e outros ainda fixando-se no estado de consumidores excessivos. Há contudo um último grupo que evolui para o quinto e último estágio, o da dependência.

No quinto estágio a pessoa alcoólica apresenta já uma dupla habituação ao álcool, física e psicológica, que a leva à perda da capacidade de resistência ao consumo. Esta

situação, não sendo irreversível, torna-se contudo muito problemática tanto para o indivíduo quanto para a sua família, alterando profundamente a sua relação com esta e com a rede social de apoio (vizinhança, amigos, contexto profissional, etc.) tornando-o uma pessoa “isolada” e sem outros objectivos que não sejam o de consumir álcool. Nestes casos a necessidade de tratamento impõe-se, sem o qual a pessoa evolui para complicações de todo o tipo.

Ainda segundo Jean Adès e Michel Lejoyeux (2004), referindo-se ao trabalho de Van Dijk (1979), há dois tipos de factores de dependência: factores geradores e factores perpetuadores. Os primeiros derivam «dos efeitos psicofarmacológicos do etanol; da personalidade do consumidor; dos valores sociais e dos significados sociológicos do consumo de álcool; das influências do meio exercidas sobre o consumidor.» (Adès e Lejoyeux, 2004, p. 28), enquanto que os segundos «são sociais, farmacológicos, psicológicos e cerebrais orgânicos.» (Adès e Lejoyeux, 2004, p.28), uns e outros gerando círculos viciosos de natureza farmacológica, psicológica e social que reforçam a dependência. Se o círculo farmacológico, derivado da situação de dependência física, impõe a necessidade de ingerir álcool para evitar os sintomas de abstinência, já o psicológico está relacionado com sentimentos de fracasso, culpabilidade e incerteza quanto ao futuro, o que faz aumentar o consumo de álcool numa resposta paradoxal à situação. O círculo vicioso social, por seu lado, reforça os comportamentos alcoólicos através das perturbações sociais e familiares provocadas pela própria dinâmica alcoólica.

Jean-Paul Roussaux, Blandine Faoro-Kreit e Denis Hers (2002), fazendo referência a uma reflexão de Ph. De Felice datada de 1936, dizem-nos que segundo este pensador não existe sociedade sem religião e sem psicotrópico. Aqueles autores vão mais longe ao afirmar ainda que «qualquer sociedade promove um «bom uso» particular do seu psicotrópico, ao mesmo tempo que interdita os outros produtos.» (Roussaux, Faoro-Kreit e Hers, 2002, p. 22), sendo o álcool a substância psicotrópica que nas sociedades ocidentais as famílias promovem em termos de uso.

O aparecimento do álcool na história da humanidade perde-se no fundo dos tempos, havendo registos arqueológicos que referem a sua existência já há mais de oito mil anos (Mónica Dias, 2006). Ele está intimamente associado a antigos rituais do culto religioso,

essencialmente pelas propriedades psicotrópicas que lhe conferem o poder de produzir alterações na consciência, as quais, acreditavam piamente sacerdotes e outros “tocados” pela divindade, serem a manifestação desta através de êxtases místicos de chamamento, de revelações ou simplesmente de experiências de comunhão com os deuses. Tal crença impôs a necessidade mística de estabelecer o culto ao deus ou aos deuses que por via destas experiências se manifestavam nos seus eleitos, e encontramos nas primeiras grandes civilizações europeias, a grega e a romana, tipicamente politeístas, as primeiras concretizações deste culto, na Grécia a Dioniso, deus da vinha⁵ e do vinho, ficando-se-lhe, segundo Alberto Afonso de Deus, a dever o facto «de ter substituído todos os outros elementos excitantes pelo vinho.» (Deus, 2002, p. 15), e em Roma a Baco, deus da fertilidade e do delírio místico, a quem eram dedicadas festas-culto com uma componente orgiástica profundamente delirante, designadas por bacanais, por referência homenageante ao deus Baco .

A vulgarização do consumo de álcool, designadamente o vinho, em boa medida promovida por questões de natureza económica⁶, rompeu com o tradicional uso daquele no estrito sentido do culto religioso, para fazer do beber um acto de natureza social, não obstante a Igreja Católica, por exemplo, haver mantido até aos nossos dias o vinho como simbolizando o sangue de Cristo (Mónica Dias, 2006) - que segundo o ritual eucarístico foi derramado em favor de todos os homens para remissão dos seus pecados - expressão aquela com que na linguagem popular ele é frequentemente designado. Assim, primeiro foi dos sacerdotes, depois ainda numa perspectiva religiosa alargou-se a todos quantos fizessem culto a deuses e princípios, para numa terceira fase se tornar um acto de natureza social, sem contudo perder a sua essência ritualista, Testemunhando esta evidência o facto de as bebidas alcoólicas serem, numa boa parte

⁵ Não podemos deixar de referir o facto de o vinho, elemento essencial nos rituais religiosos, o ser tanto nos cultos ditos pagãos como na religião da “Boa Nova”, o cristianismo, e basta referirmos três versículos de “O Cântico dos Cânticos”, para entendermos quanto o prazer, até mesmo erótico, mais manifesto ou mais metafórico, está presente nas diferentes formas de “fusão” na divindade:

«2 Beija-me com os teus doces lábios; que as tuas carícias são mais deliciosas que o vinho.

4 Leva-me contigo! Vamos depressa! Leva-me para os teus aposentos, ó meu rei. Vamos alegrar-nos eu e tu, e ser felizes; celebraremos o teu amor mais suave do que o vinho. Com razão toda a gente gosta de ti!

6 Não reparem na minha pele escura, pois foi o sol que me queimou. Os meus irmãos aborreceram-se comigo e puseram-me a guardar as vinhas. Mas a minha própria vinha, eu não a soube guardar.» (A Bíblia Sagrada Livro *O Cântico dos Cânticos* p. 749).

⁶ A este respeito não deixa de ser curioso o facto de, em Portugal, com António de Oliveira Salazar (1889-1970), se haver cultivado a ideia nacional de que o vinho dava de comer a um milhão de portugueses.

dos países ocidentais, um elemento de presença quase obrigatória em casamentos, baptizados, festas de aniversário, etc.

Mas se o álcool, da esfera do culto religioso se estendeu para a do social, ele não perdeu as suas propriedades psicotrópicas e tornou-se, pela generalização do seu consumo, um problema de saúde pública, que nos nossos dias atinge diferentes faixas etárias nos mais diversos grupos sociais (Chick e Chick, 1998) sem escolher classe, estatuto ou género.

Até ao século XVIII, refere Alberto Afonso de Deus (2002), os alcoólicos eram vistos pela generalidade dos meios socioculturais como pessoas depravadas, apenas investidas na busca fácil do prazer, sem quaisquer valores morais ou respeito pelos sentimentos alheios. Tal atitude responsabilizava-os pelo seu estado de degradação e assentava em princípios religiosos de natureza fundamentalista⁷ que tinham o alcoolismo como um comportamento imoral. No século XVIII deu-se uma significativa mudança de atitude relativamente àquele comportamento, e segundo Alberto Afonso de Deus (2002) foi Thomas Trotter quem primeiro definiu o alcoolismo como uma perturbação mental, e não mais como uma fraqueza moral, publicando no início do século XIX uma obra que lançou os princípios básicos do modelo médico da dependência do álcool, que rapidamente se estendeu pela Europa e Estados Unidos. Com os trabalhos de Magnus Huss, em meados do século XIX (Deus, 2002), o estado de dependência alcoólica passou a ser entendido como alcoolismo crónico, definido como um conjunto de sintomas cuja etiologia se centra no consumo abusivo de álcool. Mas esta nova abordagem ao alcoolismo, deslocando o problema da esfera do moral para a do patológico, logo implicando a sua remissão como um acto médico, só muito tenuemente surtiu alguns efeitos durante o século XIX e boa parte do XX. A comprovar este facto, , diz Jan Bauer que «O problema foi oficialmente reconhecido como enfermidade, pela Organização Mundial da Saúde, a partir de 1951.» (Bauer, s.d., p. 21).

Segundo Roussaux et al (2002), a questão do alcoolismo não tem tido por parte das autoridades médicas a atenção que a importância do problema merece. Estes mesmos autores (2002) adiantam que tal situação se pode ficar a dever ao facto de, porque o

⁷ Ainda hoje, religiões como o islamismo, continuam a proibir o álcool, sendo o seu consumo, nalguns países árabes de inspiração religiosa mais fundamentalista, considerado falta grave, logo motivo de pesadas penalizações.

determinismo da perturbação é múltiplo, passando por domínios como o biológico, o genético, o psicológico, o familiar, o económico e o sociocultural, «esta mesma complexidade deva ser identificada como uma das causas do relativo desinteresse das medicinas especializadas por esta patologia «impura».» (Roussaux, Faoro-Kreit e Hers, 2002, p. 21).

Uma questão que pode suscitar alguma curiosidade é o facto de, sendo a psicanálise uma disciplina que se debruçou sobre tantas vertentes da condição humana, ter sido preciso chegarmos aos tempos do pós Segunda Grande Guerra para dela se ter uma posição mais sistematizada, relativamente às questões colocadas pelo alcoolismo, seja no plano teórico, seja nas implicações sociais que aquele gera, seja na resposta terapêutica ao problema. Jean Clavreul, discípulo de Jacques Lacan, pois este revelou-se ainda mais parco que Freud na abordagem ao alcoolismo, debruçou-se com alguma profundidade sobre esta questão, dando um contributo muito valioso para a compreensão do problema e para o delinear de respostas ao mesmo. Clavreul tenta compreender a questão do alcoolismo a partir de uma dimensão imaginária, o narcisismo, e parte da sistematização deste conceito para proceder à análise da conjugalidade alcoólica.

Em relação à conjugalidade alcoólica trabalhada por Clavreul, Roussaux, Faoro-Kreit e Hers (2002) apontam três parâmetros que definem a relação que o alcoólico materializa no contexto da conjugalidade:

No primeiro ele bate-se com duas posições egóicas antinómicas e alternantes, em que a submissão a uma anula a manifestação da outra, gerando esta alternância um conflito identitário de cariz narcísico. Assim, enquanto que na situação de embriaguez o alcoólico manifesta um estado de espírito exaltado por sentimentos de onnipotência, êxtase e invulnerabilidade, resultante da sobre-ativação de um ego ideal distorcido e pouco crítico, na situação de abstinência ele apresenta-se desempenhando os papéis dele esperados, bom marido, bom pai, bom trabalhador, etc. A incompatibilidade destas duas posições acaba por gerar no alcoólico um forte sentimento de impotência desesperante, o que o leva a saltar de uma para outra num ping-pong desgastante e fortemente potenciador da sua instabilidade.

No segundo, onde já é manifesta a relação conjugal conflituosa, derivada da dependência alcoólica, o alcoólico desvaloriza ou nega absolutamente as críticas que lhe são feitas pelo cônjuge, mesmo quando colocado perante as evidências, o que aumenta o conflito conjugal. Esta atitude de negação facilita-lhe a possibilidade de controlar a imagem que quer dar de si próprio.

No terceiro, que Roussaux, et al (2002) definem por “quiasmo do casamento alcoólico”, a relação conjugal pauta-se por uma dinâmica em contra-ciclo, isto é, o que para um são razões óbvias de satisfação, para o outro são motivos de preocupação e desânimo, e vice-versa. Assim, na fase de abstinência do alcoólico, enquanto que a esposa se alegra por uma aparente recuperação da paz no lar, ele consciencializa-se da degradação a que está votado. Ao invés, na fase de embriaguez, a esposa descompensa perante a catástrofe da sua vida familiar, ao passo que o marido alcoólico “rejuvenesce” mercê da sensação de onipotência que o álcool lhe transmite, numa clara atitude de triunfo narcísico.

O ponto de vista da terapia familiar, relativamente à questão do alcoolismo, vai num outro sentido. Para Guy Ausloos (2003) a questão do alcoolismo não é vista na óptica de um delineamento nosográfico específico do problema, ou da a força impulsionadora para o persistente investimento libidinal sobre a actividade oral de sucção, na óptica de Freud, mas sim no contexto do leque de comportamentos de que o indivíduo dispõe para responder a situações de natureza conflitual. Por exemplo, o vazio afectivo originado por rupturas relacionais, pode predispor o indivíduo que o sofre para assumir comportamentos alcoólicos ou de outra natureza toxicómana, vindo estes substituir a ausência afectiva sofrida. O seu carácter substitutivo tem, sob o ponto de vista sistémico, uma função fortemente “adaptativa” no contexto de uma estrutura familiar disfuncional. Esta função adaptativa centrada no comportamento alcoólico é a génese de um funcionamento familiar paradoxal, que tem por objectivo fazer funcionar a estrutura familiar “estabilizada” em torno de uma rede de relações mal-adaptativas, profusamente enredadas e resistentes à mudança nos seus padrões de funcionamento. Aquelas rupturas relacionais não conduzem a estados concretos de separação, mas antes consubstanciam modelos paradoxais de comunicação metaforizados na ideia do elemento “presente” que está ausente, ou do elemento que “partiu” sem se ausentar.

Parece ser esta presença ausente no seio da família que exige do alcoólico um elemento que suporte a referida ruptura, sustentada através do álcool.

Dois conceitos que estão associados ao comportamento alcoólico são o de co-alcoolismo e o de co-dependência, surgidos de fora da terapia familiar mas progressivamente integrados por esta, para distinguir duas realidades diferentes no mesmo contexto.

Jean-Paul Roussaux, Blandine Faoro-Kreit e Denis Hers, reflectindo o pensamento de Mendenhall, adiantam que a co-dependência se refere a «uma resposta infeliz ao stress provocado pelo alcoólico.» (Roussaux, Faoro-Kreit e Hers, 2002, p. 73), que se materializa na partilha das vivências conjugais entre o alcoólico e o não alcoólico, numa relação de dependência que torna o segundo co-dependente do primeiro, mas em que um estado de abstinência prolongada por parte daquele faz desaparecer as características co-dependentes do segundo. Neste sentido, a co-dependência não deve ser considerada uma patologia, como Wilson-Schaefer, Whitfield e Cermak defendiam, referidos por Roussaux, Faoro-Kreit e Hers (2002), mas sim, advogava Mendenhall, referenciado pelos mesmos autores, uma acção reactiva ao problema, sem consequências estruturais nefastas para a personalidade do co-dependente. Já na perspectiva de Wilson-Schaefer, referido por Roussaux et al (2002), a co-dependência, que se apresenta sob variadas formas, pode manter-se em estado de latência enquanto o co-dependente não se relaciona com um dependente que vai funcionar como elemento despoletador do problema.

O co-alcoolismo obedece a uma dinâmica diferente da do conceito anterior. Neste caso, o co-alcoólico é o membro da conjugalidade que partilha o comportamento alcoólico do outro membro, tornando-se ambos co-alcoólicos. No entanto, Roussaux, Faoro-Kreit e Hers (2002), entendem que o co-alcoolismo é essencialmente um comportamento de adaptação a uma relação interpessoal problemática, e não uma característica patológica específica da personalidade da pessoa que a este tipo de interacção adere, como é defendido por outros investigadores. Para estes mesmos autores ambos os conceitos carecem de uma consistência interna que lhes confira algum rigor, dizendo eles por exemplo que «a extensão dada ao conceito de co-alcoolismo por certos autores leva a uma perda da sua especificidade.» (Roussaux, Faoro-Kreit e Hers, 2002, p. 73).

Se numa primeira fase da história das terapias ao alcoolismo a acção terapêutica se exerceu essencialmente por médicos sobre o “paciente” alcoólico, foi a partir de 1935, com a constituição nos EUA de um grupo ainda hoje designado de Alcoólicos Anónimos e fundado por Bill W. e Bob S, em Akron, Ohio, o primeiro corretor da bolsa de Nova Iorque e o segundo médico, ambos alcoólicos recuperados, que se ensaiaram as primeiras experiências com êxito de recuperação alcoólica por não técnicos de saúde. Numa muito breve abordagem histórica à constituição deste grupo, deve referir-se que Bill W. e Bob S. começaram a trabalhar com os alcoólicos internados num Hospital, e em breve tinham conseguido que um paciente alcançasse a recuperação. Apesar de ainda não existir sequer a designação Alcoólicos Anónimos, estes três homens foram o núcleo do primeiro grupo de AA. Ainda em 1935 constituiu-se o segundo grupo e em 1939 o terceiro, sempre nos Estados Unidos, chegando-se ao fim destes quatro anos de existência dos Alcoólicos Anónimos com um total de cem pessoas recuperadas e em acção de recuperação de novas outras. No início daquele ano foi publicado um documento que corresponde hoje ao que são os bem conhecidos doze passos de recuperação. A expansão do movimento foi exponencial, dentro e fora dos Estados Unidos, e na década de 1950 já eram mais de cem mil os elementos do grupo recuperados.

Em Portugal não há certezas sobre quando se iniciou o movimento, por falta de documentos deixados pelos primeiros membros, sabendo-se apenas, e de modo bastante difuso, que a sua origem talvez se deva à intervenção de um alcoólico inglês residente em Lisboa, após haver contactado com os A.A. numa desintoxicação que fez no seu país. No regresso a Portugal terá informado um velho amigo, também este alcoólico, sobre os resultados que conseguiu em Inglaterra e incitou-o a deixar de beber, passando ambos a trabalhar na formação do grupo A.A. para Portugal.

1956 pode eventualmente ser o ano que deu origem ao movimento A.A. em Portugal, a fazer fé nos registos dos serviços de Nova Iorque, datados dessa altura, que fazem referência a duas inscrições oriundas de Portugal, não sendo de descartar a possibilidade de as mesmas dizerem respeito às duas personagens antes referidas. Todavia, a estruturação do grupo no nosso país não foi um processo linear, designadamente antes

de 25 de Abril de 1974, por razões óbvias, tendo que se esperar pelos anos 80 para que se verificassem progressos objectivos na consolidação do grupo.

Alcoólicos Anónimos é hoje uma das estruturas internacionais de não profissionalizados com mais relevo no combate ao alcoolismo, não só pelo impacte que tem em muitos países, como também pela natureza dos seus métodos (não médicos) e pela sua filosofia de funcionamento. Para esta organização referem Roussaux et al (2002) «o alcoolismo é uma doença incurável contra a qual só a abstinência total e definitiva permite a remissão.» (Roussaux, Faoro-Kreit e Hers, 2002, p. 51).

Em síntese, a gravidade do problema que o alcoolismo é tem despertado progressivamente as consciências para esta realidade, e hoje já não são apenas as medicinas especializadas a debruçar-se sobre o assunto, estando a sociedade civil cada vez mais investida na procura de soluções para o mesmo. Se de facto urge aperfeiçoar técnicas específicas de combate a pandemia do alcoolismo, sejam elas médicas, psicológicas, sociológicas ou outras, a verdade é que estas, sem uma reeducação social profunda de base, que consciencialize a sociedade como um todo, dificilmente conseguirão alcançar resultados que efectivamente invertam a ordem do processo, pelo menos na aparência ainda em expansão e agora numa fase mais precoce, com o problema a tornar-se grave logo desde a adolescência, sem preferência por estatuto, classe ou género.

2. Género, Sexo e Comportamento Alcoólico

Com alguma frequência, mais ligeireza e talvez não menos falta de rigor conceptual, os termos “género⁸” e “sexo” têm sido utilizados em variados domínios do saber, com particular relevância para as ciências sociais e políticas⁹, como sinónimos entre si, em atitude fusional que se pode considerar perversamente redutora, tendo em conta as especificidades que os distinguem.

Numa perspectiva sociológica, a prevalência que o factor sexo assume na distinção entre homens e mulheres estará na base de um certo modelo de construção social, assente em pressupostos biológicos, que define culturalmente uma distribuição de papéis em função de características que a biologia “emprestou” à cultura para que o social “se construísse”. Lígia Amâncio diz, a este propósito, que «Partindo do pressuposto de que a quantidade significava qualidade, o tamanho da cabeça das mulheres era tido como um indicador seguro da sua inferioridade intelectual, mas a necessidade de dar fundamento científico a esta «observação» confrontava-se com diversos obstáculos, como a definição dos critérios de medida, a selecção das zonas do cérebro a estudar e o problema das margens de erro.» (Amâncio, 1998, p. 17).

Quando se fala de género e de sexo, não se está propriamente a reflectir sobre o mesmo assunto, já que um e outro obedecem a realidades e princípios operantes diferentes. Enquanto que o sexo materializa um conjunto de dinamismos de carácter psicofisiológico que vão implicar acções ao nível do social, seja pela via mais biológica da procriação seja pela estabilidade (ou o seu inverso) afectiva e emocional que pode introduzir nas relações entre homens e mulheres, já o género tem uma dimensão mais sociocultural, investida na construção do masculino e do feminino, não enquanto entidades separadas por fronteiras físicas (o corpo), psíquicas (a construção mental do mundo, interno e externo), sociais (assunção de papéis e estatuto), ou culturais (estilo

⁸ Segundo Connell (2002) o termo género deriva de uma palavra do antigo indo-europeu que significa produzir, gerar, e que em algumas línguas derivou para termos como tipo, classe, no sentido de atribuir às coisas uma conotação feminina ou masculina. Na Língua Inglesa este efeito é menos evidente, por nela o pronome neutro (it) ser dominante, apenas se referenciando uma distinção de género em relação a pessoas “he” e “she”. Noutros casos, o género muda em função da Língua; por exemplo, a palavra bola, em português pertencente ao género feminino, em francês é masculino.

⁹ Referimos estas duas áreas do conhecimento por entendermos que a elas em particular cabe a responsabilidade de fazer a leitura sociológica da organização social humana com mais rigor e eficiência.

padronizado de lidar com o social), numa interacção dicotomizada assimetricamente, mas numa construção unitária que concebe mulheres e homens não como fazendo parte de um mesmo projecto de construção social, mas sendo umas e outros esse mesmo projecto. Pensamos que esta perspectiva nos poderá aproximar mais de um padrão simétrico de interacção, mais em função da consciência de igualdade para que o género aponta, do que para a construção das diferenças que o sexo impõe.

O comportamento alcoólico, que sem dúvida quando se desenvolve actua nestas duas dimensões, género e sexo, tem sido “pacificamente” associado a um padrão comportamental mais masculino, por razões que procuraremos entender, mas que à partida nos parecem estar ligadas à tradicional divisão social de mulheres e homens em termos de distribuição de direitos e deveres, papéis e estatuto. É, aliás, bem comum na literatura que se debruça sobre o comportamento alcoólico, encontrar este associado ao homem, sendo a mulher a companheira despeitada e submissa daquele, esperando por melhores dias, se o cônjuge se curar. Ora, uma perspectiva desta natureza torna-se inevitavelmente redutora da condição de género à condição de sexo, quando assume implicitamente que a “mulher-objecto” existe porque o homem tem de ser servido, numa visão iconoclasticamente bíblica que decreta a separação do que na essência é a mesma realidade.

2.1. A des-sacralização do sexo constrói o género

A construção das relações sociais baseadas no sexo e fundamentadas num imaginário que sustenta um determinado estereótipo de sociedade, assente num modelo de diferenciação dualista que transporta do biológico para o social esse quadro diferenciador, parece estar na origem das desigualdades que vêm caracterizando as relações entre homens e mulheres. A consciencialização deste determinismo social «graças, em particular, à produção teórica feminista,» (Amâncio, 2003, p. 111, in Maria Luísa Lima, Paula Castro e Margarida Garrido), faz nascer uma nova filosofia social que, não negando a evidência das diferenças entre sexos, assume que as características sociais que aproximam mulheres e homens serão mais do que as diferenças que os separam.

É neste contexto que o conceito de género surge, como resposta à insuficiência do factor sexo na explicação das referidas diferenças, mais do que como reacção às mesmas, numa atitude teórica que terá por objectivo redimensionar o quadro relacional fundado em pressupostos biológicos que atribuem, por mera conveniência sexista, ao sexo masculino o direito a uma ascendência dominante, numa relação assimétrica que descarrega na mulher o papel de “participante complementar” na construção social. Corolário desta realidade, refere Lígia Amâncio (1998), é o facto de, por exemplo no mundo do trabalho, falar-se em trabalhador implicar de imediato a ligação do termo ao sexo masculino, por oposição ao feminino que neste contexto é regularmente designado por "mulher trabalhadora".

O modelo assimétrico de relação, emergente das redes que sustentam a dominação de um grupo sobre outro, logo suporte da manutenção de uma certa “ordem social”, porque baseado em princípios de desigualdade é elemento potenciador de conflito, provado pelos mais variados movimentos de contestação «como aconteceu na sociedade americana dos anos 60 com a explosão dos movimentos de contestação das minorias (e das maiorias, como as mulheres),» (Amâncio, 2003, p. 114, in Maria Luísa Lima, Paula Castro e Margarida Garrido). Deste modo, a assimetria (diferenciação social entre homens e mulheres), consubstancia o poder do grupo dominante sobre o dominado, num processo de dominação que mantém o segundo em estado de desorganização que ao não lhe permitir reorganizar-se enquanto consciência colectiva de grupo, evita deste modo a manifestação do conflito.

O conceito de assimetria¹⁰, que materializa um modelo de dominação/subordinação baseado em diferenças de papel e estatuto entre homens e mulheres, e subsequentemente de comportamentos-padrão, constitui-se, a partir das representações sociais que ambos os grupos constroem de si e dos outros enquanto grupo, numa nova entidade conceptual, que introduz uma dimensão simbólica à assimetria, assimetria simbólica, deslocando para o domínio do género a desigualdade nas relações entre os sexos (Amâncio, 2003, in Maria Luísa Lima, Paula Castro e Margarida Garrido).

¹⁰ Desenvolvemos anteriormente, em referência a Watzlawick, Beavin e Jackson, o conceito de complementaridade, que nos parece estar estreitamente em linha com a noção de assimetria, embora naqueles autores a complementaridade não pareça evoluir para uma dimensão simbólica, isto é, centrada nas representações sociais de género dos elementos em interacção.

Neste contexto, a noção de assimetria simbólica enforma uma atitude sociocultural instituída e padronizada, que a partir de pressupostos de natureza biossexual enraizados num certo padrão de comportamento confere à masculinidade sexista um carácter dominante, distinguindo as mulheres dos homens, não pelo que na substância os diferencia, mas pelo que na cultura os separa.

Para Connell (2002), se os últimos quarenta anos - a partir dos primeiros movimentos organizados de luta das mulheres pela igualdade de direitos na participação social - foram decisivos no reconhecimento desses mesmos direitos,, no que pode ser entendido como a assunção de uma nova atitude social de equilibração entre homens e mulheres, deslocando do sexo, ou da dominação ditada pelo sexo, para o género as relações entre uns e outras, já as práticas conducentes à efectivação dessa atitude niveladora parecem evoluir num processo mais lento de mudança, numa aparente dinâmica de contraciclo em relação ao que pareceria mais lógico: a mudança de mentalidades é geralmente mais lenta que os processos sociais de mudança.

Mas a distinção de género continua a ser socialmente percebida como um comportamento “natural”, entendendo-se por exemplo a união amorosa entre pessoas do mesmo sexo como uma prática culturalmente reprovável. Para Connell (2002) a masculinidade ou a feminilidade não são ditadas pela natureza, nem tão pouco devem ser impostas pelas normas sociais ou pela pressão de forças dominantes. O autor parece deixar subentender que a construção do feminino ou do masculino é um acto próprio e profundamente pessoal, não se entendendo contudo quais são os mecanismos que no seu entendimento ele pensa estarem subjacentes à construção da identidade do indivíduo,, e muito menos à sua orientação generativa. Se biologizar o social pode ser orientar a construção do ser humano numa perspectiva contranatura, socializar o biológico não o será menos. Sem fundamentalismos, venham eles da biologização do social ou da sociologização do biológico, mulheres e homens continuarão a ser, pelo menos nos tempos mais próximos, seres biopsicossociais, e espirituais também, na generalidade dos casos absolutamente alheios às mais diferentes teorias que sobre a sua própria existência eles mesmos criam.

Na medida em que se entenda o género como uma estrutura social funcionante, é fácil perceber que para diferentes contextos culturais se verificarão diversas formas de o

interpretar e gerir, sem que com tal facto o conceito se desvirtue. Não será, por certo, o mesmo falar de género numa sociedade europeia ou numa sociedade do tipo oriental, onde valores e padrões culturais tão díspares matizam diferentes formas de organização social. Do mesmo modo, não faria sentido entender este conceito como imutável, quando o contexto social que o gera, seja ele qual for, se mantém em permanente estado de mudança.

Para Juliet Mitchell, referida por Connell (2002), é possível falar em quatro dimensões de género (a produção, a reprodução, a socialização e a sexualidade), distribuídas por outras tantas estruturas que definem a relação subordinativa das mulheres numa sociedade dominada pelo masculino.

A primeira estrutura tem a ver com as relações de poder que, enquanto dimensão do género, se tornou fundamental na luta das mulheres pelo direito a uma participação igualitária na vida social, que pôs em questão o tradicional estatuto do homem enquanto classe dominante. Diz-nos Connell (2002) que as condições de resistência vão mudando no curso da história, e a provar este facto estão as mudanças políticas que os estados modernos implementaram a partir do século XVIII, em particular na Europa e Estados Unidos, com a criação de condições políticas para uma nova cidadania, inexistentes até então. No entanto estes “ventos” são ainda demasiado suaves para desencadear mudanças de estrutura, não obstante as que se vão já hoje verificando dentro da mesma. Contudo tais mudanças mantêm-se como a exceção da regra que continua a conferir aos homens o estatuto de grupo dominante. Marcam este facto estudos que apontam para o desenvolvimento de uma tendência à institucionalização informal de favorecimento dos homens entre si, em organizações por eles dominadas, quando em competição com mulheres. Mas a dominação total de uma classe, grupo ou instituição sobre outra é um fenómeno extremamente raro, e a provar o facto temos as generalizadas conquistas conseguidas por grupos de contestação, como os grupos feministas dos anos 60 e 70 do século XX, umas vezes mais evidentes outras mais discretas, mas a marcarem indelevelmente as mudanças sociais que se vêm registando no curso da história.

A segunda estrutura, associada às relações produtivas, refere-se à divisão sexual do trabalho. Com efeito, esta foi a primeira estrutura de género a ser reconhecida e

abordada pelos diferentes ramos das ciências sociais, continuando hoje no centro da maior parte das discussões em torno do assunto. Em muitas sociedades, com particular ênfase para as de inspiração ocidental, a divisão do trabalho entre homens e mulheres é um factor promotor de assimetria, objectivada no tipo de valorização que àquele se dá. Por exemplo, as mulheres são em geral mais mal pagas em tarefas correspondentes às que os homens desempenham, quando em actividade laboral fora de casa, com particular relevância para os escalões mais baixos da estratificação social (Kellerhals, 2003). No contexto do trabalho remunerado e das tarefas domésticas são elas as responsáveis executantes da generalidade dos trabalhos caseiros, não pagos, pelo que, no limite, nem sequer se chega a considerá-los verdadeiramente trabalho, mas antes uma actividade inerente à inevitabilidade da sua condição feminina. Conclui-se daqui que, se a actividade económica mais formal é culturalmente considerada como pertencendo à esfera do masculino, já a actividade doméstica faz parte, como se conclui, do universo do feminino. A este propósito não podemos deixar passar uma ideia apresentada por Connell (2002), certamente irónica, quando adianta que enquanto o trabalho dos homens fora de casa é pago, o trabalho das mulheres dentro de casa é feito por amor, logo dispensando pagamento. Ainda na perspectiva de Connell (2002), a vida doméstica requer trabalho, tal como a vida nas fábricas, não fazendo sentido distinguir valorativamente uma actividade da outra. Onde houver uma divisão de género no trabalho, nas ocupações, haverá uma divisão no sistema de educação que prepara as pessoas para o trabalho, o que funciona como elemento prolongador do problema da assimetria nas relações de género.

As relações emocionais constituem uma terceira componente estrutural das dimensões de género, já há mais de cem anos estudadas por Freud, que demonstrou, segundo o seu ponto de vista, que as emoções se ligam ao nível do inconsciente à imagens de outras pessoas, sendo exemplo desta situação o complexo de Édipo¹¹, base da formação do superego¹². A estrutura emocional é uma importante dimensão do género, porque em geral se liga às relações afectivas, de poder e a divisão do trabalho, mas numa lógica

¹¹ Dispensando-se aqui o relato da lenda do rei Édipo, deve-se contudo referir que na delineação do complexo com o mesmo nome Freud pretendeu dar a imagem de uma representação mental da figura paterna como opositora aos interesses da criança, numa luta simbólica de poderes em conflito, base da construção dos padrões morais de funcionamento da personalidade pela vida fora.

¹² O superego, terceiro sistema da personalidade a manifestar-se, operando inconscientemente como o id, representa a autoridade, ou o poder, na estrutura da personalidade, controlada pelo ego e alimentada energeticamente pelas forças instintivas do id.

muito própria. No domínio das emoções, à luz da perspectiva freudiana, podemos verificar que nas relações sexuais está presente, para além do prazer, uma outra dimensão, não menos importante, identificada por Freud como uma relação de poder do homem para com a mulher, numa construção hierárquica, permita-se o termo, que atribui aquele uma valência dominante na actividade sexual, em contraponto, complementaridade, e porque não assimetria, com a da mulher, definida pelo pai da psicanálise como passiva. O investimento emocional pode apresentar-se com um carácter negativo ou positivo em relação ao objecto a que se dirige, sendo no primeiro caso a situação misógina correspondente a uma repugnância incontrolada em relação à mulher, e a sua correspondente relativamente ao homem designada por homofobia, e no segundo a relação de envolvimento que materializa o amor. Um terceiro caso será o que se passa nas relações ambíguas e polarizadas de amor/ódio, numa ambivalência que Freud usou para definir o conceito de ambivalência sexual. Alguns estudos, designadamente no domínio da antropologia e da história, refere Connell (2002), vinculam a ideia de que as relações sexuais envolvem relações corporais culturalmente formadas, e não apenas a simples manifestação biológica. Na sociedade ocidental contemporânea, a sexualidade está organizada em termos de género e segundo um padrão homossexual ou heterossexual. Segundo Connell (2002) A homo e a heterossexualidade podem ser vistas como diferentes formas de agir a sexualidade, consoante os padrões culturais em vigor. Por exemplo, adianta o autor (2002), que numa comunidade da Nova Guiné, as práticas sexuais dentro do mesmo género são um ritual em que todos os homens estão envolvidos, numa determinada etapa da vida, no normal desenvolvimento da sua masculinidade. Ora, à luz dos padrões culturais que norteiam a organização social ocidental, tais práticas seriam percebidas como comportamentos “desviados” de um modelo “normal” de funcionamento sexual.

A quarta e última estrutura constituinte das dimensões de género tem a ver com as relações simbólicas. Se pretendêssemos particularizar a característica que mais profundamente distingue a espécie humana das outras, bastaria dizermos que é a única capaz, tanto quanto se sabe, de construir símbolos; isto é, significados atribuídos às coisas do mundo sensível, mas também às vivências experimentadas na vida em comunidade, que dão um certo sentido à sua existência pela via da interpretação que possibilita. As relações simbólicas (esse sentido orientado numa determinada direcção) matizam a padronização dos comportamentos tidos como socialmente aceites ou

reprováveis, orientando deste modo as condutas a cultivar ou a inibir, gerando-se assim o conjunto de pressupostos que sustenta a interacção social. Se circunscrevermos o exposto à questão do simbolismo do género, no contexto de uma linguagem que será inferencialmente alegórica, teremos por exemplo que as diferenças de vestuário entre homens e mulheres pretendem vincar a especificidade generativa que distingue uns das outras, numa linguagem metalinguística carregada de significado simbólico fundamentado numa determinada cultura. A túnica que os homens árabes usam tem por certo um significado simbólico diferente das vulgares calças ocidentais, que não se circunscreve apenas a uma questão climatérica. Do mesmo modo, a indumentária de um sacerdote católico estará carregada de um simbolismo que irá para além de meras questões de moda, ou uns simples sapatos de mulher poderão querer vincar a ideia “eu sou do género feminino”.

Em síntese, estas quatro estruturas não agem isoladamente, constituindo como um todo o conjunto das diferentes variantes que marcam, distinguem e contextualizam o modelo de relações que se estabelece entre os géneros, e também entre os elementos do mesmo género.

2.2. O comportamento alcoólico a duas vozes

O consumo regular de bebidas alcoólicas como acto social, classicamente ligado mais ao homem - até porque o seu consumo ainda é visto nas sociedades ocidentais como sinal de virilidade - do que à mulher, prende-se exactamente com as duas formas de socialização que caracterizam a tradição cultural das sociedades ocidentais dominadas pelo masculino. Se numa breve passagem pelos modelos clássicos de abordagem ao alcoolismo raramente encontramos a mulher como elemento principal do problema, tal facto parece aparentemente poder ficar a dever-se em boa medida a uma certa atitude desvalorizante da situação, remetendo-a para dentro das quatro paredes do lar, numa não assunção do problema enquanto preocupação social.

O álcool, como elemento “socializador”, faz parte de uma grande variedade de práticas sociais, mais ou menos ritualizadas na nossa cultura, como casamentos, baptizados, aniversários e outras reuniões de convívio (Deus, 2002, p. 16), onde o abuso no seu

consumo por parte dos homens é socialmente menos censurado do que por parte das mulheres. É igualmente sabido que o vinho, como de resto outras bebidas alcoólicas, é elemento integrante de presença quase obrigatória na generalidade dos almoços ou jantares de trabalho, bem como na sustentação de uma “boa” conversa entre amigos. Podemos então admitir, face ao exposto, que na vida em sociedade há comportamentos definidos como próprios ou censuráveis, consoante o género em questão, sendo o consumo de álcool em determinadas circunstâncias um exemplo paradigmático deste facto. Quando se fala de comportamento alcoólico, Jean Adès e Michel Lejoyeux dizem-nos que « não sendo formais os factores que permitem prever a evolução do alcoolismo, a maior parte dos estudos estabelece diferenças entre o alcoolismo no homem e na mulher.» (Adès e Lejoyeux, 2004, p. 110).

Enquanto que no homem o início do comportamento alcoólico se inicia com certa regularidade na adolescência, ou princípio da idade adulta (geralmente entre os 20 e os 30 anos), com a dependência (quando o comportamento evolui neste sentido) a instalar-se entre os 30 e os 40), na mulher a evolução do alcoolismo é menos previsível e começa geralmente numa fase mais tardia da vida, apresentando-se a situação de remissão espontânea menos comum que no homem (Adès e Lejoyeux, 2004).

O alcoolismo feminino aparece frequentemente como consequência de perturbações mentais como a depressão, a ansiedade ou certas construções neuróticas da personalidade da mulher, muitas vezes derivadas da vivência com um cônjuge já alcoólico, que, pela sua evolução própria, vem alterar o percurso da dependência, fazendo-a resvalar para uma situação de co-alcoolismo, como já foi referido anteriormente (Roussaux, Faoro-Kreit e Hers, 2002), sendo um dado adquirido que nas mulheres os distúrbios somáticos são mais graves e frequentes que nos homens, porque «as complicações fisiológicas e psiquiátricas do abuso demoram menos tempo a instalar-se, dado que o organismo feminino tem menor capacidade de metabolizar grandes quantidades de álcool.» (Ismail, 2002, p. 117).

A diferença de atitudes que caracteriza um certo padrão de comportamento relativamente ao álcool, conforme se trate do homem ou da mulher, leva a que estas, conscientes da sua realidade patológica e social, assumam uma postura crítica de si para consigo mais condenatória do que no caso dos homens, levando-as a beber às

escondidas, numa atitude de vergonha e culpa perante o problema, tornando-o mais difícil de detectar e tratar.

Um outro aspecto que caracteriza a problemática do alcoolismo quando este se processa no feminino tem a ver com o tipo de perturbações que o mesmo introduz na conjugalidade. Com efeito, quando o comportamento alcoólico se desencadeia na mulher, o marido, que por questões de natureza social parece ter menos capacidade para suportar a situação, pelo carácter particularmente estigmatizante com que esta se apresenta no caso da mulher, o que leva a esconder o problema pelo máximo tempo possível, tende com alguma frequência a abandoná-la, rompendo assim a conjugalidade.

No que diz respeito à sexualidade, quando se trata de pessoas com comportamento alcoólico, o consumo excessivo, pelo menos nas fases iniciais, pode levar a um aumento da actividade sexual, não raro com um carácter promíscuo, sem distinção de género. Contudo, com o desenvolvimento do processo de dependência, podem surgir perturbações no ciclo menstrual, disfunção sexual por diminuição da libido, com manifestação de frigidez e infertilidade. No ponto de vista de Fátima Ismail e comparativamente ao homem, «na mulher há mais queixas de solidão, mais abuso de psicofármacos (benzodiazepinas, por exemplo), maior prevalência de comorbilidade psiquiátrica (principalmente ansiedade e depressão) e maior percentagem de suicídios.» (Ismail, 2002, p. 118).

As mulheres alcoólicas, referem alguns estudos, revelam uma particular tendência para se unirem a companheiros também com características disfuncionais, o que não lhes facilita a recuperação, excepto quando eles aderem a um programa de tratamento, aumentando nestes casos a probabilidade de sucesso na resolução do problema. No entanto, quando em consulta, sobretudo se esta é mais ou menos compulsória, por insistência por exemplo do marido não alcoólico, a negação do comportamento é em geral mais ostensiva e persistente do que no caso do homem.

Segundo Jan Bauer (s.d.), a questão do alcoolismo feminino parece ser um problema particularmente típico da modernidade, já que em tempos passados as mulheres não eram tão susceptíveis a esta prática tradicionalmente masculina. Como já foi referenciado, as motivações indutoras do comportamento aparentam ser distintas das

dos homens, como diferente se apresenta o percurso, desde as primeiras experiências à situação de dependência, o que pode muito bem ter a ver com as grandes questões ligadas ao género, designadamente pela via da padronização das relações sociais entre homens e mulheres, que continuam a pautar-se por uma natureza assimétrica bastante vincada.

3. Conjugalidade e Relações Alcoólicas

As transformações sociais que a passagem da família patriarcal e parental, fortemente tradicionalista (Segalen, 1999), para um modelo conjugal moderno implementou na reorganização do sistema social, com as modificações que introduziu no relacionamento intrafamiliar e da nova família para as redes sociais externas (família alargada, amigos, contexto profissional, etc.) obrigam ao reequacionamento dos pressupostos teóricos e metodológicos que sustentam as modernas concepções de organização familiar, no sentido de se compreender a natureza dessas mesmas transformações, para se poder chegar a um melhor entendimento do papel daquela no desenvolvimento pessoal e social dos seus membros.

3.1. A conjugalidade como factor de mudança social

Um dos aspectos que terá alterado profundamente o modelo tradicional de vivência familiar, talvez dos mais marcantes na “nova ordem” social da família conjugal moderna, prende-se com as mudanças registadas na gestão dos recursos sócio-afectivos capitalizados na conjugalidade e distribuídos entre os elementos da família. Com efeito, é na vida conjugal moderna que, por exemplo em relação à mulher, o estatuto de trabalhadora, esposa ou de mãe vêm a ser socialmente reconhecidos (se bem que reconhecimento e prática reconhecedora ainda não sejam propriamente a mesma coisa), passando, do mesmo modo, os filhos a usufruir de um estatuto mais consentâneo com as ideias que consubstanciam a nova visão de família.

Neste contexto, também o sistema de relações ao nível da intimidade foi sofrendo progressivas alterações no âmbito da conjugalidade, encaminhando-se o relacionamento entre os cônjuges para um modelo relacional que, se bem que ainda notoriamente distante daquilo que se pretende ser uma relação verdadeiramente simétrica entre ambos (Torres, 2004), já espelha, pelo menos no plano das ideias, um esbatimento da clássica relação homem-mulher fundamentada na óptica da propriedade. Na família conjugal moderna as relações conjugais parecem evoluir no sentido de os cônjuges tenderem mais a estar um para o outro, e já não como no passado um como propriedade do outro,

mas com identidades próprias bem definidas e igualdade de direitos cada vez mais nivelada e reconhecida, ou pelo menos admitida, dizendo-nos Giddens a este propósito que «A esfera daquilo a que hoje chamamos "relações pessoais" oferece oportunidades de intimidade e auto-expressão que não existem em muitos contextos mais tradicionais.» (Giddens, 1997, p. 11).

E assim, as novas perspectivas de família, fundadas nos pressupostos de uma conjugalidade renovadora, rompem com a clássica noção “teocrática” de instituição previsível, porque imutável nos seus desígnios, limites e objectivos, para se abrir a outras formas de conjugalidade e organização familiar, sendo exemplos desta constatação para o primeiro caso as uniões de facto, hoje em dia relevantes alternativas ao casamento tradicional, e para o segundo as famílias monoparentais, as reconstituídas ou as extensas¹³, etc., modificando-se também algumas relações de parentesco, por exemplo com as recentes políticas de adopção, onde as crianças adoptadas adquirem o estatuto de filhos em pé de igualdade com os descendentes consanguíneos, agora seus irmãos em direitos afectivos e legais. Se por um lado estas novas formas de organização familiar podem induzir sobretudo nas crianças uma sensação de perigo ou insegurança, por outro lado, refere Giddens (1997), elas podem do mesmo modo funcionar como uma boa oportunidade para o desenvolvimento gratificante de novos tipos de relações sociais.

Uma outra dimensão em que a conjugalidade moderna actua na construção social, nestes tempos de modernidade tardia, tem a ver com a organização e gestão dos recursos de que o casal dispõe, para Kellerhals (2003) de natureza económica, social e cultural, bem como pelas respectivas diferenças nesses mesmos recursos entre os dois cônjuges. Para este autor tais recursos podem ser distribuídos por três categorias de análise, como o nível de formação (seja académica seja profissional), a posição profissional e os vencimentos auferidos, três indicadores que materializam a realidade de uma relação ainda bastante assimétrica entre homens e mulheres. No que diz respeito ao acesso à formação, por exemplo, a duplicação de funções com que a mulher se continua a debater (a par do trabalho externo continua a suportar a responsabilidade

¹³ Diz-nos Giddens (1997) que a reformulação dos laços matrimoniais derivada de situações de divórcio com reconstituição de novas uniões traz às crianças uma nova dimensão de família, e no caso das famílias adoptivas as crianças adoptadas podem ver-se na situação de terem dois pais e duas mães, dois conjuntos de irmãos e irmãs, a par de outras ligações parentais que resultam de casamentos múltiplos dos pais.

executiva da maior parte do trabalho doméstico) é efectivamente um elemento limitador, quando não mesmo impeditivo, de aumento das suas competências formativas, condicionando-lhe o reforço dos referidos recursos. Esta situação vai implicar em cadeia as outras duas categorias, ao nível da posição profissional limitando-lhe a progressão na carreira, quando conseguiu uma situação profissional com essa possibilidade, e do vencimento, sabendo-se que nos níveis de estratificação social mais baixos a discrepância é mais acentuada, como de resto ao nível de muitas outras regalias (Kellerhals, 2003).

Se as transformações introduzidas no modelo tradicional de família pelas concepções de conjugalidade moderna vieram, ao longo do século XX, desencadeando marcantes mudanças nas novas formas de organização familiar, não pode deixar de ser tido em conta que a mulher continuou a ser “objecto”, e agora no contexto dessa mesma conjugalidade, de uma discriminação “institucionalizada” que a mantém em muitas circunstâncias em posição de subalternidade relativamente ao homem (Torres, 2004), sobretudo quando analisamos a partilha das tarefas domésticas, ou noutra dimensão quando pensamos em termos de estatuto social. Kellerhals (2003) refere, relativamente a um estudo feito com famílias suíças, que na generalidade dos casos a mulher casada que trabalha sai prejudicada em relação ao homem na progressão da carreira, bem como em muitas outras situações como seja, a título de exemplo o vencimento que auferir, acentuando-se a relação de disparidade quando o casal tem filhos.

3.2. Comportamento alcoólico e vida familiar

Vimos, no capítulo anterior, que o comportamento alcoólico assume características próprias consoante o género, e que essas características, se por um lado podem estar ligadas à constitucionalidade da pessoa, já que segundo Fátima Ismail (2002) as complicações somáticas e psiquiátricas derivadas do consumo abusivo de álcool se apresentam como mais graves na mulher pelo facto de o seu organismo ter menos facilidade em metabolizar grandes quantidades de álcool que o do homem, por outro, num grau não menos significativo, aparecem associadas a questões mais do foro sociológico, sobretudo quando tipificam modelos de comportamento para homens e para mulheres. Se recuarmos no tempo algumas dezenas de anos, verificaremos que a

frequência de locais de consumo de álcool eram tipicamente espaços para homens, onde a presença de mulheres seria conotada com todo o tipo de comportamentos “moral e socialmente reprováveis”. O esbatimento das assimetrias, que tradicionalmente vêm caracterizando o modelo de relações entre os dois gêneros, estará na origem de muitas das mudanças comportamentais a que vimos assistindo, numa espécie de reencontro de ambos os sexos sob a liderança do gênero, com todas as consequências daí derivadas.

Em termos de tipificação de comportamentos, e no contexto do alcoolismo, Roussaux, Faoro-Kreit e Hers (2002), adiantam que na conjugalidade a mulher do alcoólico se apresenta em geral mais disponível para manter os laços conjugais, ao invés do que se passa quando é ela que apresenta o problema, sendo neste segundo caso com bastante frequência abandonada pelo marido, como já referimos anteriormente. Esta tentativa de manter a conjugalidade liga-se em muitos casos a factores de natureza económica, sobretudo quando financeiramente ela depende do cônjuge, o que a leva a suportar a situação, com mais razões ainda se houver filhos menores, mas tal capacidade de investimento poderá também estar associada a alguma esperança de que a situação mude, . Um dos aspectos que na família pode estar na génese do aparecimento de comportamento alcoólico num dos seus membros será o surgimento de perturbações na vida familiar, sejam ao nível intra (conflitos no interior da família), sejam ao nível extra (onde a situação paradigmática pode ser o desemprego). Neste contexto Jean Adis e Michel Lejoyeux dizem-nos que «As desavenças familiares ou conjugais, bem como a «história familiar do álcool», propiciam muitas vezes o aparecimento de um comportamento de dependência.» (Adis e Lejoyeux, 2004, p. 91).

Uma situação que se constata na leitura da generalidade dos autores especialistas consultados, é que em ambos os casos de alcoolismo, o comportamento masculino é em geral mais violento, com frequentes explosões de agressividade sobre a mulher, alcoólica ou cônjuge de alcoólico, por vezes de consequências trágicas a culminarem em homicídio, se bem que nem sempre premeditado.

4. O Álcool, um Inimigo sem Rosto?

A ideia generalizada de que o alcoolismo, enquanto problema de saúde pública, requer uma abordagem multidisciplinar, parece não levantar grandes questões, sejam elas de natureza metodológica, terapêutica, política ou sociológica. O carácter transnacional deste problema de saúde tem sido elemento promotor de inúmeros estudos em vários países da Europa e nos Estados Unidos (Roussaux, Faoro-Kreit e Hers, 2002), bem como da preocupação da sociedade civil em se organizar em comunidades terapêuticas, umas mais profissionalizadas outras menos, de combate a esta patologia, hoje um verdadeiro flagelo social.

Uma das questões que se levanta quando nos debruçamos sobre o consumo excessivo de álcool prende-se com a comercialização legal e mais ou menos indiscriminada deste tipo de bebidas, já que, não obstante a restrição de venda a menores que os quadros legislativos vão contemplando, bem como a limitação que impõem na publicidade aos mesmos, a facilidade com que se adquire este tipo de produtos continua a ser muita.

Fátima Ismail (2002), identificando uma prática de consumo abusivo de álcool cada vez mais frequente na adolescência, diz-nos que estes jovens estão muito mais vulneráveis a um problema de alcoolismo na vida adulta, adiantando mesmo que a proporção é cerca de três vezes maior do que nos indivíduos que se mantêm em abstinência até a essa altura. Por outro lado, Jean Adès e Michel Lejoyeux (2002), identificam na população francesa uma correspondência directa entre o consumo de bebidas alcoólicas e a manifestação da patologia alcoólica, encontrando-se, segundo estes autores, a França no grupo dos três primeiros países europeus em consumo de álcool e subsequentemente em problemas de alcoolismo. Dizem ainda estes mesmos autores que as crianças filhas de doentes alcoólicos são em geral mais susceptíveis de cair numa situação de dependência alcoólica, apresentando com frequência problemas de natureza somática e psicológica induzidos pela dependência de um ou ambos os pais.

Para além das complicações orgânicas e psicológicas inerentes ao comportamento alcoólico já referidas, bem como das perturbações que este problema introduz no funcionamento familiar, devemos salientar o carácter destruturador que esta patologia

desencadeia igualmente na rede social alargada das pessoas que dela sofrem. Assim, tanto os acidentes de trabalho como os rodoviários, sem esquecer os domésticos, pelo grau de incidência com que se desencadeiam, devem estar, segundo Jean Adès e Michel Lejoyeux (2004), na primeira linha das preocupações das autoridades responsáveis pelo controle da ordem e bem-estar público, já que é nestas duas áreas da vida social que os efeitos nefastos do alcoolismo se manifestam com mais preponderância, sem se deixar de ter ainda em conta o elevado grau de absentismo ao trabalho que esta patologia produz.

Enquanto problema social, o alcoolismo requer uma política de combate organizada, por ser do interesse público diminuir as consequências negativas que este comportamento desencadeia. Assim, e em nome desse interesse público, entendendo-se por tal a reorganização do modelo social com vista ao desenvolvimento de um estado de equilíbrio entre as diferentes estruturas que constituem a sociedade, caberá ao Estado assumir a responsabilidade de promover e gerir políticas gerais de combate aos problemas que a progressiva complexificação do tecido social vai gerando, designadamente através da produção de legislação que regulamente a vida social, por um lado, e pela implementação das medidas que esses quadros jurídicos contemplem, por outro, por via directa desenvolvendo estruturas que no terreno operacionalizem programas de acção com vista ao controle e diminuição dos conflitos aos quais aquelas se dirigem, e por via indirecta apoiando as organizações nascidas na sociedade civil que a tais práticas se dedicam. Sem uma interacção concertada entre as práticas públicas da responsabilidade do Estado e as práticas desenvolvidas pela sociedade civil, hoje cada vez mais interventiva na organização do tecido social, dificilmente se obterão resultados que se considerem positivos neste contexto, ao serviço do bem comum e da construção de uma nova cidadania.

No capítulo da prevenção podemos falar de dois tipos de práticas, um mais dissuasor pela via da repressão, através de medidas punitivas condicionadoras do consumo excessivo de bebidas alcoólicas, por exemplo no caso da segurança rodoviária pela aplicação de multas e inibição da condução, que contudo por si só parece não surtir efeitos fortemente positivos relativamente ao objectivo a que se destinam, outro, mais pela via da pedagogia, através de campanhas de sensibilização para o problema (nas escolas, nos locais de trabalho ou nos meios de comunicação, onde a televisão pode ter

um papel muito importante). No entanto, alguns estudos (Schinke, Botvin e Orlani, 1991, cit, in Ismail, 2002) referem que em geral as campanhas de prevenção que utilizam filmes, vídeos ou outro material audiovisual que dramatizam o problema não surtem grande efeito, pelo facto de um maior conhecimento das consequências nefastas do consumo de substâncias tóxicas não corresponder a uma diminuição desse consumo. Fátima Ismail (2002) adianta que um dos problemas fundamentais no combate ao consumo excessivo de bebidas alcoólicas é o facto de a maioria das pessoas não entender o álcool como uma droga, pelo seu consumo ser legal, logo desvalorizando os efeitos nocivos que tal pode provocar, pessoal e socialmente. A autora distingue entre consumo integrado (onde o acto de beber é uma prática social controlada) e consumo excessivo (onde há consumo frequente de grandes quantidades de álcool) referindo que não é a proibição do consumo de álcool que deve estar na essência das campanhas dissuasoras, mas apenas o seu consumo excessivo, que é responsável por elevados custos socioeconómicos, por exemplo nos acidentes rodoviários, nos Serviços de Saúde, no absentismo laboral ou nos acidentes de trabalho.

Diversos autores defendem a tese de que a prevenção do consumo excessivo de bebidas alcoólicas deve começar tão precocemente quanto possível, logo com crianças e pré-adolescentes, por esta população ainda apresentar bastante sensibilidade a uma política educativa em torno da sua saúde. Neste sentido Fátima Ismail (2002) diz-nos que esta educação para o consumo de álcool deve começar na família, onde os pais, como figuras modelares de referência, terão um papel fundamental na orientação dos seus filhos relativamente ao consumo de álcool ou de outras substâncias tóxicas.

Parte Prática

5. Enquadramento do estudo que se segue

O estudo que se segue resulta da constatação de que o comportamento alcoólico, enquanto problema de saúde pública, afecta nas pessoas que dele sofrem, bem como nas que compõem os seus contextos relacionais, aspectos das suas vidas pessoais e sociais que vão muito para além da tradicional visão, simplista sem dúvida, de que o alcoolismo é um problema exclusivamente da pessoa alcoólica, e nada mais.

Neste sentido, e porque das leituras feitas concluímos ser o alcoolismo um problema de todos em geral e não das pessoas alcoólicas em particular, arriscámos tentar entender que tipo de interpretações relativamente ao comportamento alcoólico fazem estas pessoas das atitudes daqueles que constituem as suas redes de relações, e na mesma linha de pensamento ensaiar a compreensão dos seus percursos, tentando compreender como organizam estas pessoas as suas trajectórias pessoais e sociais, no contexto de uma vivência construída, arriscamos nós em admitir a priori, em torno de uma patologia que indubitavelmente afecta a integração social de quem a sofre.

5.1. Metodologia

Com base nos pressupostos antes apresentados nasceram em nós dois pontos de interesse relativamente ao assunto, que materializamos agora em duas interrogações que metodologicamente transformamos nas questões de partida que abrem o caminho para o estudo que se segue.

5.1.1. Questões de Partida

Serão as trajectórias pessoais e sociais da pessoa alcoólica em recuperação diferentes em função do género e do grau de escolarização?

E na perspectiva da pessoa alcoólica serão as atitudes da sua rede de relações diferentes em função das mesmas variáveis?

5.1.2. Esclarecimento das questões

Pretende-se com este estudo perceber se as representações de pessoas em recuperação de comportamento alcoólico, relativamente às suas trajetórias pessoais e sociais, bem como às atitudes das suas redes de relações, variam em função do género e grau de escolarização daquelas.

5.1.3. Exequibilidade do estudo

Esta avaliação será realizada com base em entrevistas feitas a 24 pessoas de ambos os géneros (12/12), com experiência conjugal e com um emprego regular no início da manifestação do comportamento alcoólico, distribuídas por quatro grupos, seis mulheres com nível médio de escolaridade, seis mulheres com estudos superiores, seis homens com nível médio de escolaridade e seis homens com estudos superiores, através do tratamento adequado da informação recolhida.

5.1.4. Pertinência do estudo

A pertinência do estudo centra-se na tentativa de perceber se tais representações variam em função do género e/ou grau de escolarização de pessoas em terapia ao comportamento alcoólico, , permitindo despistar possíveis modelos comportamentais típicos do masculino e do feminino, bem como da escolaridade dos participantes. Se tais modelos comportamentais se verificarem, é de admitir que as campanhas de combate ao alcoolismo devam eventualmente ter em conta não apenas o comportamento alcoólico, mas o nível de escolarização e género em que ele se manifesta, devendo tais campanhas dirigir-se não genericamente àquele em exclusivo, mas também especificamente a estes, já que o alcoolismo pode não ser um problema de si próprio enquanto desvio comportamental, mas de pessoas que a ele "aderem".

5.1.5. Hipóteses

Com base nas questões de partida, estamos agora em condições de formular as seguintes hipóteses:

Hipótese 1 – As trajectórias pessoais e sociais das pessoas em recuperação de comportamento alcoólico variam em função do género.

Hipótese 2 – As trajectórias pessoais e sociais das pessoas em recuperação de comportamento alcoólico variam em função da escolaridade.

Hipótese 3 – Na perspectiva das pessoas em recuperação de comportamento alcoólico, as atitudes das suas redes de relações variam consoante o género daquelas.

Hipótese 4 – Na perspectiva das pessoas em recuperação de comportamento alcoólico, as atitudes das suas redes de relações variam consoante o grau de escolaridade daquelas.

5.1.6. Caracterização dos Participantes

As vinte e quatro pessoas participantes distribuem-se em igual número pelos dois géneros, repartindo-se em quatro subgrupos de seis elementos cada, consoante o seu grau de escolarização: seis homens com escolaridade média, seis homens com escolaridade superior, seis mulheres com escolaridade média e seis mulheres com escolaridade superior. As idades dos participantes distribuem-se entre os trinta e seis e os sessenta e cinco anos, todos têm experiência conjugal no tempo de comportamento alcoólico activo e todos exerceram uma actividade profissional nessa altura.

O recrutamento dos participantes foi feito por convite verbal exclusivamente no grupo dos Alcoólicos Anónimos, nas sessões das diferentes unidades funcionais distribuídas pela cidade de Lisboa, abertas ao público, os quais foram previamente informados do intuito da entrevista que lhes era solicitada, bem como da garantia de sigilo das suas identidades, que de resto não lhes eram pedidas, garantindo-se-lhes ainda que as informações fornecidas serviriam exclusivamente ao propósito que lhes foi anunciado, isto é, viabilizar uma tese de mestrado.

Relativamente aos dois graus de escolarização definidos, nível médio correspondendo a estudos ao nível do ensino secundário e nível superior correspondendo ao grau de licenciatura, admitimos ser uma limitação no estudo, mas que foi inevitável devido à

condicionante imposta pela disponibilidade das pessoas que aderiram a este projecto, com escolaridade ao nível do ensino secundário e superior.

5.1.7. Caracterização do Instrumento

A recolha dos elementos necessários à realização deste trabalho foi feita através de uma entrevista previamente elaborada, não directiva, de perguntas abertas, no intuito de facilitar às pessoas entrevistadas a possibilidade de, através de um discurso tão espontâneo quanto possível, obter os elementos necessários à verificação, ou não, das hipóteses formuladas.

5.1.8. Procedimento

No sentido de operacionalizar este trabalho, foram realizadas vinte e quatro entrevistas, conforme foi referido anteriormente quando abordámos a questão da exequibilidade do estudo, obedecendo a um guião que nos permitirá a sistematização da recolha dos elementos necessários à avaliação das questões que as hipóteses levantam, trabalhados através de uma análise sistemática das respostas dadas pelas pessoas participantes.

A opção por uma análise do tipo qualitativo às respostas dadas pelos participantes tem a ver com o facto de não ser intenção nossa extrair conclusões extrapoláveis para a população em geral, mas antes perceber como é que estas vinte e quatro pessoas sentem e vivenciam o seu comportamento alcoólico, como se iniciaram no consumo de bebidas alcoólicas, quais as origens do seu alcoolismo e que razões identificam para o seu desencadeamento, e finalmente de que modo, por que meios e que tipo de influências, se as houve, as motivaram a aderir a um programa de recuperação.

5.1.9. Dimensões de Análise

Com base nas questões de partida foram identificadas três grandes dimensões de análise, constantes da tabela que se segue. Estas dimensões de análise traduzem-se no conjunto de indicadores que integram o grupo das questões que dão corpo ao guião da entrevista que segue em anexo.

Dimensões	Questões
Origens, percurso e Razões	01 a 09
Vivências e consequências	10 a 20
Recuperação	21 e 22

Concluído o enquadramento metodológico ao estudo que se segue, partimos seguidamente para análise às respostas obtidas nas vinte e quatro entrevistas realizadas, as quais, pensamos, nos fornecerão os elementos necessários à extracção de conclusões que as hipóteses nos exigem.

6. Análise dos Resultados

Após a apresentação da estratégia metodológica que sustenta o estudo que se segue, rumamos agora à aventura daquilo que foi uma experiência apaixonante e absolutamente inolvidável, onde a única angústia vivida foi a tomada de consciência de que de facto o impossível não é mesmo alcançável. Logo, tendo de limitar a quantidade de entrevistas a um número trabalhável, avançamos de imediato para a análise do que as vinte e quatro pessoas entrevistadas partilharam connosco, naquilo que consideramos ser um depositar de vidas nas nossas mãos. Saibamos por isso respeitar e merecer a confiança de quem não nos conhecia e que com tanta solicitude, disponibilidade, e porque não amor, abriu as suas existências para que este estudo fosse possível.

6.1. Inícios, origens e razões do alcoolismo

No que diz respeito ao que as pessoas participantes neste estudo entendem por início do consumo de bebidas alcoólicas, temos que os homens começaram a beber tendencialmente mais cedo que as mulheres, a partir dos doze anos de idade, sendo curioso notar o facto de que aqueles, como idade mais tardia para início do consumo, coincidem exactamente com estas na sua fase mais precoce das primeiras experiências, a partir dos dezassete anos de idade.

No subgrupo dos homens com menos escolaridade apenas um em seis informa que o consumo de bebidas alcoólicas não era comum na família, ao passo que no subgrupo homens com estudos superiores a relação beber/não beber na família se equivale, 50% sim e 50% não. No grupo das mulheres a tendência desvia-se claramente para a existência de consumo de álcool na família, 10 em 12, referindo estas em primeiro lugar um ou os dois progenitores e só depois o cônjuge.

De um modo geral podemos verificar que o tempo que medeia entre o início do consumo de bebidas alcoólicas e a identificação do comportamento alcoólico é mais curto nas mulheres que nos homens, referindo estes com muito mais frequência do que aquelas que tal consumo se iniciou enquanto acto social, sobretudo para acompanhar

amigos ou colegas de trabalho, ao passo que as mulheres referem mais o recurso ao álcool como estratégia para suportarem ou alienarem conflitos ou choques afectivos, seja no estrito âmbito da conjugalidade ou no contexto mais alargado da família, o que em certa medida pode explicar a maior rapidez com que passam do consumo não dependente para o estado de alcoolismo. No grupo das mulheres deve ainda ter-se em conta que são as mais escolarizadas aquelas que referem com alguma frequência terem iniciado o consumo de bebidas alcoólicas enquanto acto social, situação que no subgrupo menos escolarizado não se verifica. Tanto os homens como as mulheres parecem iniciar tendencialmente o consumo de bebidas alcoólicas mais fora do contexto da família, aqueles muito com os amigos e colegas de trabalho, e estas mais no recolhimento da sua solidão, particularmente as que se inserem no grupo menos escolarizado.

Das razões que motivaram o comportamento alcoólico, homens e mulheres são unânimes em afirmar que, sendo o alcoolismo uma doença, perspectiva muito defendida nos Alcoólicos Anónimos, grupo no qual recrutámos as pessoas participantes, tais razões devem ser vistas apenas como elementos despoletadores do referido comportamento, e não como agentes causadores do mesmo. No grupo mais escolarizado, tanto os homens como as mulheres admitem tratar-se de uma doença de sentimentos e emoções, que estará na origem do que, num momento mais fragilizado da vida, se manifestará através do comportamento alcoólico, enquanto que no grupo menos escolarizado a referência a um estado patológico não vai para além da assunção do problema como doença simplesmente, que num determinado estado do seu desenvolvimento origina o alcoolismo. Reforça esta ideia o facto de muitas das pessoas participantes terem afirmado que sempre foram alcoólicas, que já nasceram com aquela doença, não obstante terem começado a beber apenas numa fase mais ou menos tardia das suas existências.

Mas podemos, sejam quais forem as origens que se apresentem para o comportamento alcoólico, identificar tendências motivacionais diferentes entre homens e mulheres. Para aqueles, as principais razões subjacentes têm a ver essencialmente com factores desinibidores, logo em torno da aceitação social por parte do grupo de pertença ou inserção num grupo social, factores esses explicitados através de expressões como “eu tinha de me integrar no grupo”, “para conquistar as miúdas eu tinha de me soltar”, ou

“ao beber ficava alegre e era melhor aceite pelos outros”. já para o grupo das mulheres tais razões se ligam mais a mecanismos de “compensação” afectiva e emocional, mercê de distúrbios psíquicos de natureza diversa, como mortes na família e conflitos conjugais. Expressões como “eu bebia para esquecer a minha vida”, “no álcool eu encontrava o refúgio que a família me negava”, ou “bebendo ficava anestesiada e aquelas horas de embriaguez eram uma espécie de Céu no inferno da minha vida”, são expressões que espelham bem a diferença entre homens e mulheres nas respostas encontradas no álcool.

Um aspecto que nos parece muito curioso em torno dos factores motivacionais para o comportamento alcoólico reside no facto de na generalidade dos casos o grupo das mulheres afirmar que o que buscavam no álcool era essencialmente o efeito, porque até nem lhe apreciavam o gosto, enquanto que os homens afirmavam mais frequentemente apreciar o sabor da bebida que, juntando o “útil” ao “agradável”, combinavam “numa doce harmonia” como referiu um dos entrevistados, a “vantagem” do efeito com o prazer do sabor.

Quando nos debruçamos sobre as trajectórias pessoais e sociais destas pessoas, verificamos na maioria das situações, tanto nos homens como nas mulheres, que as suas infâncias foram vivenciadas sem problemas de maior, à excepção dos casos em que um ou ambos os progenitores sofriam de alcoolismo. Nestas situações as pessoas entrevistadas afirmaram terem tido infâncias muito instáveis, sem carinho, sem protecção parental e sem um modelo de referência sólido, ficando muitas vezes entregues a si próprias desde muito cedo, identificando algumas pessoas esta realidade como existindo ainda antes da entrada para a escola, sobretudo no grupo menos escolarizado. Expressões como “eu andava ao Deus dará” “eu andava para ali, era um estorvo”, ou “o carinho que recebia vinha do cinto ou da colher de pau” indiciam, nestes casos, de facto uma infância problemática, provavelmente anunciadora de adolescências difíceis.

Mas se relativamente à infância a maioria das pessoas afirmou ter boas recordações desse tempo, o mesmo não é verdadeiro quando passamos para o período da adolescência. Neste caso, no grupo dos homens refere-se como principal factor de instabilidade o comportamento de auto-afirmação, desafiando a autoridade parental,

alguns casos quase inexistente ou completamente desorganizada, enquanto que no grupo das mulheres se verifica no subgrupo menos escolarizado tendência para o aumento da pressão exercida pela progenitura, sobretudo quando algum destes elementos era alcoólico, desencadeando conflitos familiares que se repercutiam no comportamento social da adolescente, levando-a ao isolamento, e no subgrupo mais escolarizado uma disseminação de comportamentos, que vão do uso de drogas ao quebrar das normas instituídas na família (hora de entrada em casa, por exemplo), tendo no entanto havido duas entrevistadas que afirmaram terem tido uma adolescência sem problemas de maior.

à questão de saber se na família o consumo de bebidas alcoólicas era um hábito, e em função desta questão se os participantes antes de iniciarem o consumo de álcool já acompanhavam com bebedores, verificamos que no geral as pessoas entrevistadas dizem sim às duas questões, no entanto com uma particularidade. No grupo dos homens há quase unanimidade quanto ao acompanharem com pessoas bebedoras, não sendo o mesmo verdadeiro quando se trata de abordar o hábito na família de consumir bebidas alcoólicas, já que no subgrupo mais escolarizado cinquenta por cento das pessoas afirmaram não se consumir álcool na família. No grupo das mulheres a tendência para reconhecer o hábito de consumir bebidas alcoólicas na família é muito elevada nos dois subgrupos.

Por outro lado, as vinte e quatro pessoas entrevistadas são unânimes em afirmar que a família não teve qualquer responsabilidade no desencadear dos seus comportamentos alcoólicos, afirmando, como já referido, que o alcoolismo é uma doença que espera por um motivo para se manifestar e que mais cedo ou mais tarde o fará, não se justificando procurar causas onde quando muito apenas se podem identificar factores promotores, sendo descabido atribuir qualquer responsabilidade a quem quer que seja no desencadear do comportamento alcoólico. Esta atitude de não responsabilização de terceiros tem a ver, segundo averiguámos, com a filosofia subjacente à orientação programática, passe a expressão, que fundamenta o modelo de intervenção nos Alcoólicos Anónimos, materializado nos doze passos que orientam o programa de recuperação. Curiosamente, é ideia comum entre as pessoas entrevistadas que os doze passos são um ponto de partida e não um fim a alcançar, já que o princípio que sustenta a recuperação é de cada dia fazer mais um dia sem beber.

Um outro aspecto a ter em conta neste estudo é o facto de na maioria dos casos tanto os homens como as mulheres referirem a existência de outros elementos na família com comportamento alcoólico, geralmente o pai, a mãe com menos frequência, e também com alguma regularidade tios, irmãos e avós, apontando ainda algumas mulheres os respectivos cônjuges. Neste caso não há diferenças significativas seja em função do género ou do grau de escolaridade. A título de curiosidade cabe aqui dizer que apenas uma pessoa entrevistada, do grupo dos homens, subgrupo dos mais escolarizados, informou que um dos filhos está presentemente na fase de consumo excessivo de bebidas alcoólicas, situação que está neste momento a gerar alguma preocupação no entrevistado.

A influência dos amigos parece não ser um elemento indutor do consumo de álcool nas pessoas entrevistadas. Há uma clara tendência para respostas negativas à questão se os amigos tiveram alguma influência no desencadear do comportamento alcoólico, com apenas uma mulher e três homens a afirmarem essa influência. Voltamos a ter aqui o mesmo tipo de resposta dada à questão da responsabilidade da família, em que agora relativamente aos amigos não se lhes reconhece tendencialmente qualquer influência no desencadear do comportamento alcoólico. Expressões como “os amigos nunca me levaram o copo à boca” “os amigos nunca me enfiaram o vinho pela boca abaixo” ou “eu bebia porque queria”, são expressões que de certo modo explicam a razão porque as pessoas entrevistadas não entendem em geral o seu alcoolismo como sendo devido à influência de familiares, amigos, etc.

Duas respostas à questão de se o alcoolismo foi influenciado pelos amigos merecem, pela originalidade que encerram relativamente ao grupo em geral, uma análise mais cuidada. Um homem e uma mulher, ambos incluídos no subgrupo que designamos de menos escolarizado, declararam peremptoriamente não terem amigos e nunca os terem tido. Aquele, com um discurso tenso e pouco organizado, numa chuva de palavras voltou a referir a sua infância, como tendo sido um tempo de muito sofrimento, escorraçado pelos garotos do bairro que sempre se referiam a ele como o filho do bêbado, tratando-o perjurativamente por cachorro, disse-nos ele que por o pai apanhar “muitas cadelas”, palavras suas. Por volta dos quinze anos de idade, cerca de um ano depois de começar a beber já de um modo excessivo, fez uma tentativa de suicídio que

por pouco não resultou. No final disse-nos que se é que tem amigos, o que duvida, só admite tal facto nos Alcoólicos Anónimos, que frequenta já há bastantes anos, onde pela primeira vez sentiu verdadeiramente alguma compreensão por parte dos outros. Do seu casamento, que dura há mais de vinte anos, adianta que se mantém essencialmente pelo investimento da mulher, que sempre o tratou bem, e que ele agora, desde que anda nos Alcoólicos Anónimos até já acredita que ela é mesmo sua amiga, pois de outro modo já o tinha abandonado.

O outro caso, uma mulher, igualmente incluída no subgrupo menos escolarizado, disse-nos também que nunca teve amigos e nem nos Alcoólicos Anónimos os tem, porque as pessoas que frequentam o grupo estão lá essencialmente para se manterem afastadas do álcool, o que as obriga a uma relação interpessoal afectivamente investida. Na infância foi sempre uma criança sozinha, que construía as bonecas com que brincava e a quem dava muita pancada, pensa, diz-nos, que muito pelo que via em casa, onde era raro a semana em que a mãe não apanhasse uma “valente tareia” palavras suas, até que se suicidou. Depois de um longo silêncio a senhora retomou o discurso para dizer que também no seu casamento nunca sentiu amizade por parte do marido, que, diz-nos, casou com ela como poderia ter casado com outra mulher qualquer, e que se tornou alcoólico alguns anos depois de casar, mas que já bebia muito desde solteiro. Em todo o desespero que se desenrolava a sua vida, acabou por começar a beber, logo desde início compulsiva e excessivamente, tendo sido trazida para os Alcoólicos Anónimos por intermédio da sua irmã, mais nova, após haver feito uma tentativa de suicídio, com internamento num hospital psiquiátrico.

Relativamente ao tipo de bebidas que as vinte e quatro pessoas entrevistadas consumiam com mais frequência, há algumas peculiaridades que nos merecem uma análise particularmente cuidada, uma vez que a opção por esta ou aquela bebidas obedecia a critérios que vão muito para além dos gostos pessoais, como já referimos superficialmente e que agora tratamos com mais pormenor.

No que diz respeito ao grupo dos homens, temos que estes optavam preferencialmente pela cerveja, pelo vinho e também pelo whisky, mas em diferentes momentos do consumo. As duas primeiras bebidas eram consumidas mais em grupo, quando estavam com os amigos, afirmando alguns dos entrevistados que uma reunião de amigos sem um

copo não era reunião nem era nada “e uma boa conversa puxava sempre um copo”, expressão usada com muita frequência, surgindo aqui a conversa como pretexto para beber, como muitos dos entrevistados admitiram. Pitorescamente alguns chegaram a afirmar que a partir de certa altura tudo servia de pretexto para beber um copo; “bebia-se para festejar os anos de um amigo ou familiar”, “bebia-se para chorar uma desgraça”, enfim, “bebia-se por tudo e por nada” como alguns disseram. O whisky aparece aqui na fase em que a necessidade não é já tanto de “promover” ou “alimentar” o convívio, mas sim para produzir o efeito de “anestesia” que iria fazer suportar os conflitos, as angústias e a depressão. Entre estas pessoas, aquelas que economicamente não conseguiam suportar as despesas derivadas do consumo, optavam mais pela aguardente em vez do whisky, por ser mais barata.

No caso das mulheres há uma clara tendência para a opção por diferentes bebidas, não em função da variável escolarização mas sim por razões aparentemente económicas. No subgrupo das menos escolarizadas foi referido o vinho e a cerveja como bebidas mais consumidas, afirmando quatro delas que esta escolha se devia ao facto de serem bebidas mais baratas, logo mais acessíveis. Das outras duas mulheres, com iniciação fortemente compulsiva, uma referiu a aguardente como bebida eleita e a outra iniciou o consumo com whisky. Foram raras as mulheres que referiram uma fase inicial de consumo como acto social, e as que o mencionaram, pertencentes ao grupo mais escolarizado, disseram terem consumido preferencialmente vinho, e depois na fase de dependência optarem pelo whisky, por ser uma bebida de efeito rápido, uma vez que nessa fase não era o sabor mas sim o efeito a determinar a ingestão.

Em síntese, no que diz respeito aos inícios do consumo de bebidas alcoólicas, os homens entrevistados referem o mesmo como tendo começado mais cedo que o consumo nas mulheres; aqueles na sua fase inicial tendencialmente mais como modo de socialização (procura de aceitação por parte do grupo de amigos ou colegas de trabalho) e estas como forma de aliviar angústias, desgostos ou frustrações em geral emergentes da família.

Relativamente às origens voltamos a encontrar diferenças em função do género, os homens procurando mais o efeito desinibidor do álcool para facilitar a socialização e as

mulheres buscando nele refúgio para inibirem o sentimento de vazio que vivenciavam nas suas vidas.

Finalmente, homens e mulheres são unânimes em afirmar que as razões que motivaram o comportamento alcoólico têm a ver com o facto de o alcoolismo ser uma doença despoletável mais cedo ou mais tarde, e que na sua quase totalidade o grupo admitiu ser inevitável, bastando que um qualquer factor desencadeador do processo o manifestasse. No entanto, não devemos deixar de ter em conta que os atrás referidos factores desinibidores (para os homens) e inibidores (para as mulheres) não nos parecem completamente alheios às razões que motivaram uns e outras no desencadear e desenvolver do comportamento alcoólico.

6.2. Alcoolismo, Vivências e Consequências

Concluída a análise do conjunto das respostas dadas pelos participantes neste estudo às questões relativas à dimensão inícios do consumo, origens e razões do comportamento alcoólico, é agora o instante próprio para trabalharmos o grupo de questões que constitui a dimensão vivências e consequências do alcoolismo, que naturalmente nos levará, no próximo momento, à análise do que as pessoas entrevistadas entenderam serem as razões que conduziram à adesão a um programa de recuperação, fosse por sua livre iniciativa fosse por influência de terceiros, constituindo o conjunto das respostas dadas pelas pessoas entrevistadas o corpo da dimensão recuperação, terceira e última deste estudo.

Uma questão que nos parece bastante oportuna neste contexto prende-se com o perceber se, nas vinte e quatro pessoas entrevistadas, há ou não diferentes leituras das mesmas relativamente à atitude social das pessoas que constituem as suas redes de relações, perante o alcoolismo em função do género. Analisadas as respostas à questão, verificamos haver uma clara tendência do conjunto dos participantes (dezoito pessoas em vinte e quatro), para assumirem que o comportamento alcoólico é socialmente mais condenado na mulher que no homem. E neste sentido não resistimos à tentação de esclarecer que os resultados se aproximam, seja em função do género seja do grau de escolaridade, respectivamente nove homens e nove mulheres, na razão de cinco para quatro, dos subgrupos menos escolarizados para os mais escolarizados. Expressões

como “há mais condescendência da sociedade para com um homem alcoolizado do que para com uma mulher alcoolizada”, “uma mulher bêbada na rua é um espectáculo triste e um homem nem por isso”, “à mulher a sociedade permite menos falhas que ao homem” ou ainda “aos homens parece tudo ser permitido ou desculpado”, são algumas das diferentes expressões usadas por uns e outras para fundamentarem o que em seu entender é a atitude genérica das suas redes de relações, que dizem “coincidir pérfida e hipocritamente” com a atitude-padrão da sociedade em geral.

Dos restantes seis elementos há que referir que duas pessoas (um homem e uma mulher) disseram não terem opinião formada sobre o assunto, afirmando estarem pouco preocupados com o que os outros pensam acerca do alcoolismo nos homens ou nas mulheres. Neste sentido, adiantaram ambas as pessoas que sendo o alcoolismo uma doença, ele deve ser entendido como uma questão de saúde e não de comportamento social. As outras quatro pessoas entendem que as questões tradicionais do género estão actualmente muito mais esbatidas na sociedade portuguesa, o que se pode constatar pela “invasão” (expressão muito usada) das mulheres aos contextos sociais que eram tradicionalmente dos homens, não podendo nós deixar de registar aqui uma expressão muito pitoresca de uma das entrevistadas, que disse “as mulheres hoje até já são motoristas da Carris, camionistas, caçadoras, e por aí fora”.

Sobre o tipo de complicações que o alcoolismo gerava na família, os homens tendem mais a afirmar que, sobretudo nos estados de alcoolização, entravam facilmente em conflito (discussão) com as respectivas esposas, e também com os filhos, acabando por saírem de casa para irem beber mais, sobretudo quando o estado de embriaguez ainda não era extremo, regressando depois ainda mais embriagados ao silêncio do lar, onde geralmente os esperava uma “paz tensa”, afirmaram alguns, que por vezes lhes permitia ensaiar um certo arrependimento, mas que no dia seguinte voltava inexoravelmente ao ponto de partida. Interessante é a constatação, muito referida por este grupo, de que as discussões em casa iam diminuindo à medida que o comportamento alcoólico se ia tornando progressivamente mais incapacitante, numa atitude de aparente resignação de todos face ao problema.

Ainda sobre a relação com os filhos, o conjunto dos homens admite que no estado de alcoolismo se comportaram como pais ausentes, só presentes para gerar conflitos, mas

completamente desligados do processo educativo daqueles, que não raro acabaram por abandonar a escola cedo, admitem estes progenitores que por falta de estabilidade e apoio por parte do pai.

Uma outra complicação reconhecida pela grande maioria dos homens tem a ver com a estabilidade económica das suas famílias. Afirmam eles que aquelas foram muito afectadas devido ao desvio do dinheiro para o consumo de álcool, numa relação de nove para três, situação registada na totalidade dos elementos do grupo menos escolarizado, dinheiro que escasseava progressivamente à medida que as ausências ao trabalho diminuían o vencimento auferido, tendo dois deles, um de cada subgrupo, admitido terem destruído “pequenas fortunas” e arruinado negócios.

Relativamente aos elementos da família mais afectados pelo alcoolismo, os homens são unânimes em afirmar que sem dúvida foram em primeiro lugar as esposas e os filhos quem mais sofreu com a situação, referindo depois os pais e só muito residualmente outros familiares, como por exemplo irmãos. Dos doze homens entrevistados, apenas um afirmou ter sido expulso de casa pela esposa e filhos, por não suportarem mais “aquele inferno”, expressão sua, recebendo-o de novo quando ele se decidiu a encetar uma recuperação, o que aconteceu com a sua entrada para o grupo dos Alcoólicos Anónimos.

Se no que diz respeito à leitura feita pelas mulheres relativamente à atitude social das suas redes de relações face ao comportamento alcoólico em função do género se verifica uma correspondência perfeita com as respostas dadas pelos homens, já nas complicações que o alcoolismo gerou na família são identificadas profundas diferenças. Nas mulheres a tendência vai claramente no sentido do isolamento, do evitar o choque, tendo afirmado com muita frequência o subgrupo menos escolarizado que se votavam ao abandono, desleixando as tarefas da casa, quase sempre a elas incumbidas, chegando mesmo nalguns casos a desinteressarem-se pela educação, estabilidade e bem-estar dos filhos. Relativamente aos cônjuges, este subgrupo tende a afirmar que em relação a eles desenvolvia uma agressividade passiva, isto é, um sentimento de revolta não activamente manifesto, sobretudo nos casos em que as mulheres identificavam como razão principal para o desencadear do comportamento alcoólico conflitos conjugais.

A componente económica é também referida pelo grupo das mulheres, mas neste caso nota-se uma diferença significativa nas respectivas leituras, associada à escolaridade. O subgrupo mais escolarizado tende a admitir que o seu alcoolismo afectou de algum modo a estabilidade da família, não tanto pelos gastos com o álcool mas pela baixa de rendimento no trabalho devido às faltas e subsequente diminuição de salário, ao passo que o subgrupo menos escolarizado tende mais a entender que a sua contribuição financeira para a família ou não era muito significativa ou não era muito afectada, neste caso porque ao procurarem um efeito rápido do álcool no aliviar das suas angústias, tendiam a concentrar as doses ingeridas, o que, parece, levava ao efeito pretendido com menos despesa.

Em relação aos elementos da família que mais afectados foram com o comportamento alcoólico, a generalidade das mulheres afirma terem sido primeiro os filhos e depois os cônjuges, e num plano menos significativo pais, irmãos e restantes familiares.

Um aspecto que também merece alguma atenção no capítulo das complicações geradas na família pelo comportamento alcoólico prende-se com o desfazer daquela devido a este. Embora No conjunto dos elementos entrevistados o número de divórcios não nos pareça relevante (sete em vinte e quatro), devemos registar que dos sete cinco são mulheres (três das quais do subgrupo menos escolarizado), todas tendo afirmado que os seus casamentos faliram devido ao alcoolismo e que foram os cônjuges a tomarem a iniciativa de pôr termo aos mesmos, admitindo elas que “por não suportarem a vergonha da situação perante os amigos”, expressão usada por algumas. Dos dois homens divorciados, ambos pertencentes ao subgrupo mais escolarizado, um admitiu ter sido o divórcio pressionado pela ex-esposa e o outro adiantou que a sua ruptura matrimonial não teve a ver com o alcoolismo.

No capítulo da conjugalidade as vinte e quatro pessoas entrevistadas foram unânimes em reconhecer que aquela foi fortemente afectada pelo alcoolismo. A principal complicação referida pelo grupo dos homens tem a ver com o comportamento sexual, afirmando muitos deles que a partir de certa altura era o álcool a sua paixão, que passaram a viver em função dele e nada mais, só depois fazendo referência a outros aspectos da conjugalidade, como a gestão da vida familiar ou a comunicação com a esposa, que acabaram por deixar de fazer qualquer sentido nas suas vidas, tornando a

relação conjugal numa espécie de coabitação entre estranhos, quando não entre pessoas que passaram a odiar-se.

O grupo das mulheres, com particular ênfase para o subgrupo menos escolarizado, referiu de modo mais metafórico a componente sexual, desviando a tónica da conjugalidade para os aspectos relacionais. Expressões como “o meu marido perdeu o interesse por mim”, “o meu marido deixou de me dar atenção”, “o meu marido tinha nojo de mim” ou “eu deixei de ser interessante para ele”, peculiarizaram, parece-nos, a questão do comportamento sexual no casal. As mulheres do subgrupo mais escolarizado foram mais incisivas na abordagem ao tema da sexualidade, sem contudo deixarem de referir outros aspectos da conjugalidade, como a comunicação no casal ou a divisão de tarefas. Neste último caso muitas delas, em ambos os subgrupos, afirmaram que a partir de certa altura o desinteresse era tanto, que toda a vida na família se tornou um caos, até nalguns casos acabarem por ser abandonadas pelos cônjuges.

Quando nos debruçamos sobre como interpretam as pessoas entrevistadas o funcionamento das suas relações de amizade no contexto do seu comportamento alcoólico, encontramos diferenças significativas entre os homens e as mulheres, e também de subgrupo para subgrupo. Naqueles verifica-se uma clara mudança de leitura do subgrupo menos escolarizado para o subgrupo mais escolarizado, admitindo No primeiro caso os entrevistados na sua quase totalidade (cinco em seis), que não se dá propriamente um afastamento dos amigos, precisamente porque estes são igualmente bebedores, e muitos deles também com marcantes problemas de alcoolismo, logo numa “harmonia perversa e cúmplice” afirmaram alguns, de atitudes e comportamentos. Já no subgrupo mais escolarizado a tendência vai fortemente no sentido do afastamento, mas em geral afastamento não por parte dos amigos, mas do alcoólico, que acaba por se desviar do caminho daqueles, ou para evitar a pressão que eles exercem sobre ele relativamente ao consumo excessivo de álcool, ou porque, não sendo eles de modo algum bebedores compulsivos, o alcoólico acaba por se sentir deslocado, a mais entre eles, e se afasta.

Uma situação que nos parece assaz interessante, logo merecedora de especial atenção, prende-se com a reorganização das relações de amizade no grupo dos homens. Enquanto que os elementos que compõem o subgrupo menos escolarizado são quase

unânicos em afirmar que a entrada em recuperação lhes proporcionou uma reorganização profunda das suas relações de amizade, construída essencialmente ou no grupo dos Alcoólicos Anónimos ou a partir deste, a generalidade dos elementos pertencentes ao subgrupo mais escolarizado afirma ter efectivamente constituído novos amigos nos Alcoólicos Anónimos, para além de, devido ao facto de terem entrado seriamente num programa de recuperação, haverem retomado velhas relações de amizade, que em seu entender, a par do apoio que sentem no grupo terapêutico, vêm reforçar fortemente a sua decisão de se manterem afastados da substância que sabem estar permanentemente à espera de um deslize, para se instalar de novo nas suas vidas, como referiram emocionadamente alguns dos entrevistados.

Temos então que, no grupo dos homens e no que diz respeito à reorganização das relações de amizade, o grupo dos Alcoólicos Anónimos é fundamental na promoção daquela para ambos os subgrupos, mas com uma particularidade; enquanto que para o subgrupo menos escolarizado tal reorganização parece ser de base, já que a partir do tempo de recuperação estas pessoas são unânicos em afirmar que presentemente reconhecem que as suas antigas relações sociais não eram efectivamente assentes em sentimentos de amizade mas sim na necessidade que uns e outros sentiam de estarem acompanhados no ritual do consumo, para o subgrupo mais escolarizado os Alcoólicos Anónimos funcionam também como estrutura facilitadora da reestruturação das suas relações de amizade, não tanto exclusivamente como ponto de partida para aquelas, mas sim igualmente como contexto reforçador de capacidades relacionais que lhes permitiram recaptar os amigos que se tinham ido embora.

O grupo das mulheres não apresenta tanta homogeneidade interna como o grupo dos homens, digamos assim, no que diz respeito à questão do afastamento dos amigos. Com efeito, sobretudo no subgrupo menos escolarizado, nota-se uma ligeira tendência das mulheres para assumirem que foram elas a afastarem-se deles, sobretudo por vergonha da situação em que se encontravam, ou então a afirmarem peremptoriamente que na fase de alcoolismo activo não tinham amigos e que os que têm hoje surgiram todos a partir do momento em que entraram em recuperação nos Alcoólicos Anónimos, tendo apenas uma mulher em cada um dos subgrupos (referimos o caso pela sua peculiaridade) afirmado terem recebido muito apoio, na fase de alcoolismo activo, por parte dos amigos.

No subgrupo mais escolarizado a tendência das respostas vai no sentido de as mulheres sentirem que foram mais os amigos a afastarem-se, fosse por se sentirem incomodados com a presença de uma mulher alcoólica no seio do seu grupo de amigos, fosse por se sentirem impotentes para apoiarem a amiga naquela situação, fosse por outra razão qualquer, como reconheceu a generalidade do subgrupo.

À semelhança do que sucedeu no grupo dos homens, também com as mulheres o grupo Alcoólicos Anónimos é fundamental na reorganização das suas relações de amizade. Das doze mulheres entrevistadas apenas uma, pertencente ao subgrupo menos escolarizado, afirmou que se no tempo de alcoolismo activo não tinha amigos agora também não os tem, porque, expressão sua “as pessoas vêm para aqui para se tratarem e não para conviverem”, numa atitude absolutamente contraditória com os pressupostos defendidos pelas restantes vinte e três pessoas entrevistadas.

Embora não caiba no âmbito deste estudo ensaiar análise diagnóstica às respostas dadas pelas pessoas entrevistadas, nem esse é o nosso propósito, devemos contudo notar, sem violar princípios éticos ou atropelar deveres de sigilo, que nalguns casos, pela frequência ainda muito recente de um programa de recuperação, algumas respostas podem eventualmente estar de certo modo influenciadas por estados depressivos residuais, em fase de resolução.

Retomando o tema em análise, diremos que as onze mulheres que admitiram ser o grupo Alcoólicos Anónimos essencial na reorganização das suas relações de amizade entendem o mesmo como sendo, mais do que um espaço terapêutico, um contexto social ressocializador das suas existências, permitindo-lhes redimensionar as suas vivências psico-sócio-afectivas e emocionais, e deste modo reformularem os seus projectos de vida.

A quase unanimidade nas respostas afirmativas dadas à questão de se o comportamento alcoólico lhes trouxe novos amigos, em nenhum caso omite a responsabilidade que o grupo Alcoólicos Anónimos tem neste processo, admitindo as vinte e três pessoas que responderam afirmativamente à questão que foi a partir do referido grupo que encetaram sustentadamente todo o seu processo de ressocialização, construindo novas amizades,

no grupo e fora dele, para além de, sobretudo as pessoas do grupo mais escolarizado, haverem admitido que a recuperação se processou muito para além do comportamento alcoólico, estendendo-se indelevelmente até à recuperação de antigos amigos, agora regressados.

Sobre o ritual do consumo deparamo-nos com duas realidades completamente distintas. Enquanto que os homens em geral, independentemente do grau de escolaridade, afirmaram ter bebido durante muito tempo no seio da família, com os amigos e só mais na fase final de alcoolismo activo passaram a consumidores solitários, as mulheres no seu conjunto foram tendencialmente desde início bebedoras solitárias, com particular ênfase para o subgrupo menos escolarizado, onde a totalidade das mesmas afirmou tal circunstância, registando-se contudo no subgrupo mais escolarizado esta tendência atenuada por algum consumo social, mas apenas residualmente.

Curioso é o facto de num caso, que referimos só porque a sua estranha originalidade o realça, o consumo primeiro solitário de uma participante ter evoluído mais tarde para consumo na presença do cônjuge, afirmou a entrevistada que apenas com o firme propósito de o agredir, uma vez que estavam em fase inicial de um forte conflito que culminou em ruptura matrimonial.

Se o beber solitário das mulheres aparece tendencialmente mais associado a factores motivacionais internos, gerados a partir ou de conflitos conjugais ou como procura de refúgio para processos psíquicos de natureza descompensatória, como morte de familiares queridos, geralmente pais ou filhos, já o beber inicialmente mais social dos homens está em certa medida ligado a aspectos que têm a ver com o seu processo de socialização, numa atitude “desesperada” diremos nós, de conquistarem a “estima” e aceitação dos seus pares, e muitas vezes também a factores que se prendem com a necessidade de se desinibirem para encetarem processos de aproximação ao género feminino. Assim sendo, é aceitável supor que estamos na presença de dois tipos diferentes de alcoolismo consoante o género, no masculino para saltar para fora das angústias geradas na insegurança relacional e no feminino para suportar conflitos interiores surgidos ou a partir de conflitos relacionais ou de choques emocionais desestruturantes.

Nas relações com a vizinhança voltam a ser as mulheres quem mais penalização sofre derivada do comportamento alcoólico. Se no caso dos homens em geral estes afirmam não haverem sentido mudanças significativas de atitudes por parte dos vizinhos, apenas referindo nalguns casos fugazes reparos recebidos destes, mais por lamento face a situação do que por atitude condenatória, mas mantendo-se alguma relação com eles, já as mulheres, sentindo mais a pressão crítica da vizinhança, se isolam no intuito de ou esconderem o “problema” ou de evitarem as atitudes condenatórias daquela, o que reforça a ideia tratada numa questão anterior, que deixou a noção muito clara de que em geral as pessoas entrevistadas entendem que o alcoolismo feminino é socialmente mais condenado que o alcoolismo masculino.

Em suma, numa derradeira referência à mudança de atitudes da vizinhança sentida pelo conjunto das pessoas entrevistadas, em relação ao seu comportamento alcoólico, reforçamos aqui a ideia, com base nos relatos recolhidos, de que mulheres e homens experienciaram vivências diferentes na relação com os vizinhos. Enquanto que os homens só raramente referiram um corte nas relações com aqueles, no grupo das mulheres nota-se uma forte tendência para esse corte se verificar, seja autopromovido seja por progressivo ou repentino afastamento dos vizinhos, sobretudo quando se tratava de mulheres.

Uma outra questão que nos pareceu pertinente neste estudo foi o tentar perceber se homens e mulheres identificavam complicações na vida profissional devidas ao comportamento alcoólico, e de que modo. Com efeito, em ambos os grupos se verificou uma tendência clara para a identificação de diversas complicações na vida profissional derivadas do alcoolismo, fosse pelo elevado grau de absentismo, fosse pelo abaixamento no rendimento de trabalho nas tarefas ou funções executadas, fosse inclusive por ordem superior de interrupção de actividade devido ao facto de se apresentarem ao serviço em estado de embriaguez, que em casos extremos levaram mesmo ao despedimento.

No grupo das mulheres verifica-se uma tendência ligeiramente superior relativamente ao grupo dos homens para que tais complicações acabassem em despedimento, sobretudo no subgrupo menos escolarizado, situação só residualmente verificada no subgrupo com mais escolaridade.

No grupo dos homens devemos fazer referência a dois elementos, um de cada subgrupo, que adiantaram não terem corrido risco de despedimento porque trabalhavam por conta própria, sem deixarem contudo de admitir que o seu comportamento alcoólico lhes afectou o rendimento profissional, uma vez que foram progressivamente desinvestindo nas suas actividades.

Quando desviamos a análise do género para o grau de escolarização, temos que são as pessoas pertencentes ao subgrupo menos escolarizado quem com mais frequência identifica tais complicações, incluindo o despedimento, tendencialmente mais identificadas no subgrupo das mulheres, sobretudo no que diz respeito à perda do posto de trabalho.

Digamos, em síntese, que, talvez mercê de uma atitude social mais tolerante para com os homens no que diz respeito ao comportamento alcoólico, nas vinte e quatro pessoas entrevistadas parecem ser as mulheres quem, pelo menos aparentemente, mais complicações profissionais tem devidas ao comportamento alcoólico, embora a diferença entre os dois grupos não seja muito significativa, particularmente quando se trata de despedimento.

Por outro lado, e porque nos parece um aspecto relevante, devemos deixar explícito que, em situação de desemprego e numa fase em que o comportamento alcoólico ainda não é significativamente incapacitante para o trabalho, o grupo dos homens apresenta, face ao grupo das mulheres, tendencialmente maior facilidade em encontrar uma nova ocupação profissional. Da análise feita ao conjunto das vinte e quatro entrevistas, concluímos que a maior dificuldade das mulheres em encontrarem um novo trabalho parece residir no facto de o seu alcoolismo evoluir mais rapidamente para estados incapacitantes de funcionalidade, evolução esta que aparece justificada pelas razões que as conduziram precisamente ao comportamento alcoólico, mesmo quando se entende este como doença e não como comportamento social desviante.

Na sequência da questão anterior desejámos saber se as pessoas entrevistadas receberam ou não apoio de colegas e chefias, na resolução do problema de alcoolismo que as

afectava, voltando a registarem-se diferenças significativas em função do género e do grau de escolaridade.

No grupo dos homens verifica-se uma perfeita e curiosa inversão de respostas do subgrupo menos escolarizado para o mais escolarizado, sendo que no primeiro caso cinco em seis afirmaram não terem recebido qualquer apoio dos colegas ou das chefias, situação que se inverteu quando passámos a analisar as respostas do subgrupo mais escolarizado, onde precisamente também cinco em seis afirmaram exactamente o contrário.

No grupo das mulheres nove em doze não receberam qualquer apoio, tanto de colegas como de chefes, na razão de cinco para uma e quatro para duas, respectivamente do subgrupo menos escolarizado para o mais escolarizado, adiantando estas, sobretudo no primeiro caso, que para além de não terem recebido qualquer apoio de colegas ou chefes, estavam sistematicamente sujeitas a críticas, censuras e condenações por parte daqueles, referiam este facto sobretudo as mulheres pertencentes ao subgrupo menos escolarizado. Expressões como “não tem vergonha de se meter nos copos”, “uma mulher bêbada é uma coisa muito triste”, “se fosse um homem até se compreendia” ou “diabos a levem, é uma vergonha para as mulheres” foram expressões referidas sobretudo pelo subgrupo menos escolarizado, que ouviram mais de colegas mulheres do que de colegas homens. Estes, afirmam muitas das entrevistadas, tendiam a evitar falar do problema, por vezes escapando-se ao diálogo com elas, numa aparente atitude de evitamento do contacto, precisamente para que o assunto não tivesse espaço para ser abordado.

Finalmente, concluindo a análise das respostas dadas pelas pessoas participantes neste estudo, abordamos agora a questão da violência gerada a partir do ou em torno do comportamento alcoólico, assunto que tem suscitado muitas e variadas reflexões por parte de interessados nesta matéria, razão porque entendemos não a dever deixar passar em claro.

Sendo a violência um tema tão recorrente quando se tratam as questões sociais e comportamentais em torno do alcoolismo, não podemos deixar de entender como curioso o facto de, no comum dos casos, não havermos registado relatos de violência

física da pessoa alcoólica generalizada à sua rede de relações. Apenas um homem e uma mulher, aquele pertencente ao grupo menos escolarizado e esta ao mais escolarizado, afirmaram haverem exercido violência física por diversas vezes sobre o respectivo cônjuge, tendo os dois casos terminado em separação. Quando transportamos a questão da violência do cônjuge para os filhos, a situação muda ligeiramente. Aqui, alguns homens, mais no subgrupo menos escolarizado, admitiram nalguns casos terem agredido os filhos, sobretudo quando estes eram adolescentes, sem razão aceitável para o fazerem, geralmente quando se encontravam em estados de alcoolização séria mas não extrema, disseram alguns “naquele estado em que o álcool ainda não exercia um efeito muito inibidor sobre o comportamento”. Expressões como “eu às vezes parece que tinha o diabo no corpo”, “havia uma coisa dentro de mim que me empurrava para a violência” ou “com a pinga eu ficava mesmo agressivo”, caracterizam os discursos de alguns dos participantes.

Se deslocarmos o conceito de violência dos aspectos apenas físicos para o campo mais alargado da violência psicológica, então sim, temos matéria de análise. O grupo das mulheres tende claramente a admitir que a violência que exerciam era essencialmente sobre si próprias, sobretudo no subgrupo menos escolarizado, numa atitude indiscutivelmente de autoviolência. Expressões como “eu sentia-me e assumia-me como um farrapo”, “naquela altura eu achava que não valia uma merda”, “naquele tempo eu sentia-me um monte de lixo” ou “o meu mal foi durante todo o tempo em que vivi com ele (referência ao companheiro) ter admitido tudo quanto ele quis dizer e fazer de mim”, são expressões que deixam, de facto, entender uma atitude submissa de autodestruição, afirmando algumas das mulheres entrevistadas que “aquilo foi tão martelado, que acabou por se apresentar como um facto”. No subgrupo das mulheres mais escolarizadas esta realidade apresenta-se muito atenuada, tendo apenas duas delas referido que de facto naquela altura se sentiram inferiorizadas, desvalorizadas, muito pela pressão psicológica dos respectivos cônjuges, mas não aprofundando ou pormenorizando mais a questão.

Os homens, e continuamos a referir-nos exclusivamente ao grupo de pessoas entrevistadas, parecem funcionar num registo diferente no que diz respeito à questão da violência psicológica. Neste caso não identificamos diferença significativa entre os dois subgrupos, admitindo todos, sem excepção, haverem exercido muito este tipo de

violência, principalmente sobre as respectivas esposas e filhos. Tal violência mudava, isso sim, de subgrupo para subgrupo, essencialmente na forma como era exercida. No subgrupo menos escolarizado a tendência seguia claramente no sentido de uma violência mais agressiva, com ofensas pessoais, desvalorização do cônjuge e acusações de toda a ordem, chegando-se em casos extremos mas não raros, a colocar em causa a própria dignidade da pessoa agredida. Os elementos do subgrupo mais escolarizado tendiam a exercer um tipo de violência psicológica mais sofisticado, digamos assim, pela via mais da chantagem psicológica, na tentativa de corresponsabilizarem as respectivas esposas pelo seu comportamento alcoólico, ou, pelo menos, pelo seu agravamento.

Em suma, cabe neste momento dizer que, no capítulo da violência derivada do ou em torno do comportamento alcoólico, e em relação ao conjunto das pessoas entrevistadas, podemos identificar duas grandes realidades. Em primeiro lugar, homens e mulheres vivenciam o fenómeno da violência na família de modos diferentes, tendo no entanto como elemento comum aos dois grupos o facto de não referirem como comportamento habitual a violência física, assumindo no entanto exibirem comportamentos violentos mas de natureza psicológica. Em segundo lugar, enquanto que as mulheres se referem tendencialmente à violência como essencialmente voltada contra si próprias, numa atitude indiscutivelmente ostensiva de autoviolência, os homens tendem mais a manifestá-la contra as esposas e filhos, logo voltada para o exterior, sobretudo, parece, no intuito de descarregarem os seus estados frustracionais de forma agressiva, e assim tentarem de algum modo manter um certo controle, patológico sem dúvida, sobre o funcionamento disfuncional, passe o paradoxo, de uma família em risco de desmembramento.

6.3. Recuperação

Relativamente à dimensão recuperação (questões 21 e 22), temos que no grupo dos homens se verifica uma clara tendência para a sujeição à pressão externa, oito em doze, geralmente exercida pela família e amigos, mais evidente no subgrupo menos escolarizado, cinco em seis, referindo ainda a quase totalidade dos mesmos, onze elementos, que as principais razões da adesão ao programa de recuperação se ficaram a dever a aspectos como sentimento de impotência face ao problema, incapacidade de

controlar a situação, desespero quando em estado sóbrio e neste estado consciência de que se encontravam num processo de autodestruição, com arrastamento dos familiares (referidos sistematicamente cônjuge e/ou filhos) para o abismo que eles iam construindo.

Pela sua singularidade, não podemos deixar de referir neste momento que, nas vinte e quatro pessoas entrevistadas, apenas uma apresentou como motivo sacramental para a sua adesão ao programa de recuperação o não suportar mais ouvir as condenações e críticas da esposa, mãe e filhos, adiantando no entanto que foi já durante a frequência do programa de recuperação que verdadeiramente se consciencializou do estado em que se encontrava.

No que se refere ao grupo das mulheres, parece-nos interessante ter em conta o facto de as suas respostas à primeira questão coincidirem em absoluto com as respostas dadas pelo grupo dos homens, o que aponta, pensamos, para a ausência de peculiaridade das mesmas em função do género, o mesmo não sendo contudo verdadeiro quando se trata do grau de escolarização; ou seja, há uma discrepância clara entre os dois grupos (menos escolarizados/mais escolarizados), independentemente do género, numa relação de dez para dois e seis para seis respectivamente. Das razões que motivaram a adesão ao programa de recuperação, o grupo das mulheres refere como principais incentivos o desgosto causado à família, as ameaças dos cônjuges de abandono do lar, a vergonha sentida pelos filhos relativamente ao alcoolismo da mãe e o sentimento de vida destruída. Se é verdade que no grupo dos homens se nota claramente uma preocupação com o próprio, espelhada nas motivações que levaram à adesão ao programa de recuperação, através de expressões como “eu não podia continuar naquela vida”, “eu estava a destruir-me completamente” ou “a minha vida estava feita num farrapo”, já no grupo das mulheres a preocupação parece assentar essencialmente sobre a família, com particular ênfase para cônjuge e filhos, sobretudo em seu entender pelas consequências devastadoras que o comportamento alcoólico àquela trazia. Neste grupo, e no que diz respeito às razões da adesão ao programa, verifica-se uma menor homogeneidade intragrupal no tipo de respostas dadas, distribuindo-se estas de um modo relativamente regular entre o subgrupo com menos escolaridade e o subgrupo com escolaridade superior.

7. Síntese

Quando nos debruçamos sobre o início do consumo de bebidas alcoólicas por parte dos participantes neste estudo, encontramos algumas particularidades que, ou em função do género ou do grau de escolarização, tipificam alguns aspectos das suas vidas e dos seus percursos. Os elementos masculinos começaram em geral a beber mais cedo que as mulheres, mas em contrapartida atingiram o estado de alcoolismo mais tarde, provavelmente porque o seu beber, inicialmente social, os manteve num estado de tolerância controlada durante mais tempo. Já no caso das mulheres, em que o recurso ao álcool se originou por razões diferentes, naqueles tendencialmente como agente desinibidor na interacção social e nestas como refúgio para conflitos de ordem diversa, o atingir do estado de alcoolismo foi inevitavelmente acelerado.

Temos então que o início do consumo de álcool, a origem do mesmo e as razões que a ele conduziram, parecem diferentes entre os participantes, consoante se trate dos homens ou das mulheres, tendendo estas a afirmar que o que buscavam no álcool era exclusivamente o seu efeito, porque em geral nem apreciavam o sabor, ao passo que aqueles conjugavam os dois aspectos.

Para contextualizar estas realidades, entendemos ser importante perceber que trajectórias pessoais e sociais fizeram estas pessoas desde a infância. A grande maioria admitiu haver tido uma infância pelo menos tolerável, nalguns casos afirmaram mesmo que boa, sendo contudo na adolescência que a consciencialização dos primeiros problemas se verificou. Os homens mais pelo confronto com a autoridade parental, numa atitude de auto-afirmação, e as mulheres, com particular ênfase no subgrupo mais escolarizado, pela tentativa de experimentarem novas vivências, sobretudo fora do contexto familiar.

A generalidade das pessoas entrevistadas afirmou que o consumo de álcool era comum na família, admitindo mesmo que com situações de alcoolismo, sendo tal realidade negada apenas por um número muito reduzido de pessoas; neste sentido a grande maioria dos participantes confirma que já acompanhava com bebedores quando ainda

não consumia, não atribuindo contudo os vinte e quatro elementos qualquer responsabilidade à família pela situação de alcoolismo, o mesmo se verificando relativamente aos amigos, mas neste caso não se registando unanimidade nas respostas. A desresponsabilização de familiares e amigos por parte das pessoas entrevistadas terá a ver com uma ideia comum a todas, que entendem o alcoolismo como uma doença, para a qual não faz sentido procurar culpados, já que ela, presente neles desde sempre, apenas espera por um agente despoletador, sem preferência por qual seja ele.

No que diz respeito ao tipo de bebidas que os participantes consumiam com mais frequência, o vinho e a cerveja aparecem como as bebidas mais escolhidas tanto por homens como por mulheres, pelo menos na fase inicial do consumo. Entretanto, como as mulheres procuravam mais o efeito inibidor do álcool, rapidamente passavam para o consumo de bebidas brancas, por serem mais fortes e produzirem um efeito mais rápido, apontando como bebidas de referência a aguardente ou o whisky, conforme as suas possibilidades económicas.

Voltamos a encontrar uma sintonia de pontos de vista muito relevante entre as vinte e quatro pessoas participantes neste estudo, quando se aborda a atitude social face ao alcoolismo em função do género. De facto, homens e mulheres apresentam uma tendência muito forte no reconhecimento de que as mulheres alcoólicas são alvo de particular censura por parte das redes de apoio, entendendo a generalidade dos participantes que os homens alcoólicos são socialmente menos penalizados, porventura devido ao facto de o consumo de álcool continuar a ser muito visto como um comportamento mais masculino.

Relativamente às complicações que o comportamento alcoólico gerou na família, podemos identificar duas tendências. Enquanto que os homens tendiam mais a desencadear conflitos, sobretudo com as esposas, promovendo e alimentando grandes discussões, já as mulheres referem mais o desinvestimento na vida familiar, fosse pelo desleixo em relação aos cuidados com os filhos, fosse pelo abandono, nalguns casos quase total, das tarefas de casa, tradicionalmente a elas incumbidas. Uma complicação muito presente no discurso da generalidade dos homens prende-se com a estabilidade económica da família, muito afectada pelos desvios do dinheiro de que eles necessitavam para garantir o consumo de álcool. Estes referiram ainda, com muita

frequência, que no período de alcoolismo activo deram muito pouca atenção ao apoio aos filhos, admitindo muitos que se tornaram pais ausentes na educação e desenvolvimento deles. Também algumas mulheres, sobretudo na fase terminal do seu alcoolismo activo, reconheceram igualmente haverem sido mães ausentes, sobretudo na fase em que o comportamento alcoólico as dominou por completo, levando-as a estados de alheamento em relação a tudo. A ruptura da conjugalidade, quando sucedeu, reconhecem os dois grupos, foi talvez a complicação mais difícil de gerir, mais por parte dos homens do que das mulheres.

Ainda no contexto da conjugalidade, homens e mulheres admitem, na sua grande maioria, que foram a sexualidade e a comunicação no casal os aspectos relacionais mais afectados pelo comportamento alcoólico. Se muitos dos homens referiram que a partir de certa altura passou a ser o álcool o elemento preferencial na relação, já as mulheres, particularmente as pertencentes ao grupo menos escolarizado, tenderam mais para assumirem que aquela era vivida como um completo vazio, nalguns casos até ao abandono por parte do cônjuge.

Quando passamos das questões da conjugalidade para a relação com os amigos, verificamos profundas disparidades nas diferentes leituras. Enquanto que no grupo dos homens o subgrupo menos escolarizado afirma tendencialmente que os amigos não se afastaram porque eram sobretudo amigos bebedores, no subgrupo mais escolarizado a maioria dos participantes admite terem sido eles próprios a afastarem-se, ou para evitar a pressão para deixarem de beber ou por se sentirem deslocados devido ao seu consumo excessivo. Nas mulheres a situação é diferente. No subgrupo menos escolarizado a tendência vai no sentido de serem elas, geralmente por vergonha, a afastarem-se, embora algumas admitissem que na altura nem tinham amigos, enquanto que no subgrupo mais escolarizado a tendência vai no sentido de de facto terem sido os amigos a afastarem-se, por razões muito variadas.

No que diz respeito às circunstâncias em que bebiam, os homens em geral afirmaram terem tido um início de consumo com os amigos ou na família, e só na fase grave de alcoolismo passaram à situação de bebedores solitários, enquanto que o beber das mulheres foi desde início tendencialmente solitário, apenas em poucos casos, e

exclusivamente no subgrupo mais escolarizado, se verificando algum beber social, isto é, em grupo.

Nas relações com a vizinhança voltam a ser as mulheres quem mais sofre devido ao comportamento alcoólico, já que tal comportamento é nestas menos tolerado do que nos homens. Estes afirmaram com muita frequência que não tiveram grandes problemas com a vizinhança devido ao alcoolismo, referindo alguns que apenas receberam alguns conselhos ou lamentos por parte daquela, enquanto que a maioria das mulheres disse ter sofrido muitas críticas e condenações por parte dos vizinhos, principalmente quando eram mulheres.

Quando nos deslocamos para as complicações profissionais devidas ao comportamento alcoólico, temos que tanto homens como mulheres as referem, sendo no entanto estas quem mais gravidade identifica nelas, em estados extremos com despedimento, sobretudo no subgrupo menos escolarizado. As mulheres com mais escolaridade apenas residualmente referiram como complicação extrema o despedimento. Em geral são as mulheres quem mais tende a admitir que, em situação de desemprego, se tornou muito complicado conseguir um novo trabalho.

Na sequência da questão anterior, e agora relativamente a apoio recebido por colegas ou chefias, no grupo dos homens verifica-se uma situação curiosa. Enquanto que o subgrupo menos escolarizado afirmou na sua quase totalidade não ter recebido qualquer apoio tanto de colegas como de chefes, o subgrupo mais escolarizado afirmou precisamente o contrário. Já no grupo das mulheres só muito raramente estas reconheceram terem recebido apoio por parte de colegas ou chefes, tendo sido o subgrupo mais escolarizado quem identificou alguns casos.

Pela sua actualidade, o comportamento violento foi também uma das questões que nos mereceu particular atenção. Na generalidade, homens e mulheres não referem comportamentos de violência física dentro ou fora da família, apenas em dois casos, um homem e uma mulher confirmaram terem agredido fisicamente os respectivos cônjuges por diversas vezes. No entanto, quando se trata de violência psicológica, a situação muda radicalmente. Enquanto que os homens do subgrupo menos escolarizado afirmaram com muita frequência que exerceram este tipo de violência sobre as esposas,

normalmente através de ofensas pessoais e acusações de toda a espécie, no subgrupo mais escolarizado tal violência era exercida sobretudo por via da chantagem psicológica. No grupo das mulheres, e sobretudo no subgrupo menos escolarizado, é mais referido um tipo de violência contra si próprias, em atitude manifestamente autopunitiva, num desespero explosivo de revolta contra a sua situação perante a qual se sentiam impotentes.

Finalmente, no que diz respeito à adesão a um programa de recuperação, homens e mulheres tendem claramente a afirmar que a sua adesão se ficou sobretudo a dever à influência de terceiros, indiscriminadamente amigos ou familiares. Se as razões que levaram os homens à recuperação se prendem essencialmente com aspectos de natureza pessoal, como sentimento de impotência face ao problema, incapacidade para controlar a situação, etc., já as mulheres tenderam mais para assumir a sua recuperação como uma necessidade de salvar a família, evitar a vergonha dos filhos e nalguns casos evitar o abandono por parte dos cônjuges.

Em suma, se as vivências pessoais de homens e mulheres continuam muito marcadas por modelos comportamentais instituídos em função do género, não será de estranhar que eles influenciem ainda com maior peso as atitudes que o tecido social exerce sobre as pessoas, conforme se trate de um homem ou de uma mulher.

8. Conclusão

Chegado o momento de extrair conclusões acerca do estudo que nos preparamos para terminar, diremos humildemente, sem deixarmos de admitir com alguma frustração, que foi muito mais o que ficou por dizer do que o que é dito, que mesmo assim valeu a pena o tempo investido neste projecto. Se é certo que poderíamos ter ido muito além do ponto onde ficámos, não é menos verdade que, mercê das contingências e todas as condicionantes que rodearam este trabalho, pensamos, com toda a honestidade, que chegámos até onde humanamente nos era possível ir.

As conclusões extraídas neste estudo valem exclusivamente para o conjunto de pessoas entrevistadas, não sendo lícito alargar aquelas para além dos vinte e quatro participantes, uma vez que o modelo de análise por que optámos, do tipo qualitativo, pretende neste estudo mergulhar sobre a realidade das pessoas em estudo, e não partir destas para uma tentativa de generalização dos resultados.

Hipótese 1 – As trajectórias pessoais e sociais das pessoas em recuperação de comportamento alcoólico variam em função do género.

O estudo confirma esta hipótese. De facto confirma-se que a questão do género está muito presente no percurso dos participantes, seja no início do comportamento alcoólico, seja nas suas origens, seja nas razões que o induziram. Basta atentarmos nas motivações que levaram mulheres e homens à situação de alcoolismo, para percebermos imediatamente quanto o género marca as mesmas. Enquanto que os homens entrevistados se conduziram mais no seu percurso alcoólico por caminhos que os desviavam por exemplo do investimento na família, buscando no álcool consumido na roda de amigos refúgio para as dificuldades relacionais com aquela, as mulheres, encerradas nas teias de problemas com que a vida familiar as agredia, na conjugalidade ou fora dela, se refugiavam no álcool para, numa atitude paradoxal, deixando de existir continuarem vivas.

Hipótese 2 – As trajetórias pessoais e sociais das pessoas em recuperação de comportamento alcoólico variam em função da escolaridade.

Da análise sistemática feita ao conjunto das entrevistas, não foram encontrados elementos suficientes que confirmassem esta hipótese. De facto, só insipidamente se verificaram situações onde a escolaridade exerceu alguma influência, particularmente na questão de se o comportamento alcoólico trouxe complicações para a vida profissional das pessoas entrevistadas. Relativamente à consequência despedimento é no subgrupo menos escolarizado que tal situação se processa com mais frequência, mas as complicações em geral notam-se nos quatro subgrupos, desvalorizando em nosso entender a questão da escolaridade enquanto elemento preponderante no estabelecimento de complicações devidas ao comportamento alcoólico.

Hipótese 3 – Na perspectiva das pessoas em recuperação de comportamento alcoólico, as atitudes das suas redes de relações variam consoante o género daquelas.

Efectivamente, as respostas dadas pelas pessoas participantes confirmam a hipótese. É patente, ao longo das vinte e quatro entrevistas, que as pessoas entrevistadas tendem fortemente a ler as atitudes dos elementos que constituem as suas redes de relações diferentemente, consoante se trate de um homem ou de uma mulher com comportamento alcoólico. Questões como a atitude daquelas redes relativamente ao comportamento alcoólico de um homem ou de uma mulher, a aceitação ou rejeição dos amigos, vizinhos e colegas de trabalho em função do alcoolismo masculino ou feminino ou até a atitude dos familiares, onde eram referidos com particular ênfase os filhos, mas também cônjuges ou progenitores, em relação à pessoa alcoólica onde por exemplo as mulheres referiam com muito mais frequência do que os homens que aqueles sentiam vergonha pela sua situação, o que não se verificava com tanta frequência quando se tratava do pai, são exemplos de quanto a questão do género está estigmatizantemente presente nas atitudes que amigos, familiares, e outros elementos das suas redes sociais, tem para consigo.

Hipótese 4 – Na perspectiva das pessoas em recuperação de comportamento alcoólico, as atitudes das suas redes de relações variam consoante o grau de escolaridade daquelas.

Muito à semelhança do que aconteceu com a segunda hipótese, voltamos nesta quarta a não encontrar elementos suficientemente sólidos que permitam sustentar a sua confirmação. Este facto poderá dever-se, mas não temos elementos suficientemente capazes de garantir tal constatação, ao facto de, sendo as vinte e quatro pessoas entrevistadas todas pertencentes ao grupo Alcoólicos Anónimos, e funcionando este grupo com uma filosofia muito própria, onde percebemos através dos diferentes contactos com alguns dos seus elementos que entre os membros do grupo não se cultivam atitudes discriminatórias, seja em função da raça, da religião, do ideário político ou de qualquer outra característica sociocultural, aqui se partilhe um ideário comum que os irmana numa atitude solidária de fraternidade, no objectivo comum de se manterem sóbrios e abstinentes.

Será ainda de salientar que, no conjunto das vinte e quatro pessoas entrevistadas, doze homens e doze mulheres, impera a consciência de que o alcoolismo é uma doença, provavelmente do foro mental, que para se manifestar necessita apenas e somente de um estado de maior fragilidade, um contexto adequado e elementos potencialmente despoletadores.

Enfim, se o grau de escolaridade aparentemente não interfere nas grandes questões que sustentaram este trabalho, pela via das trajectórias pessoais e sociais por que os participantes neste estudo se movimentaram antes, ao longo e depois do seu comportamento alcoólico, já a questão do género parece estar bastante presente.

9. Anexo

Guião da Entrevista

01. Com que idade começou a consumir bebidas alcoólicas e quando é que passou ao comportamento alcoólico?
02. Que razões na sua vida sente que motivaram o comportamento alcoólico?
03. Que recordações guarda da sua infância e adolescência?
04. O hábito de consumir bebidas alcoólicas era comum na sua família?
05. Antes de se iniciar no consumo de bebidas alcoólicas já acompanhava com pessoas consumidoras?
06. Sente que a família teve alguma responsabilidade no desencadear do seu comportamento alcoólico?
07. Há ou houve na sua família outras pessoas com comportamento alcoólico?
08. Sente que o comportamento alcoólico foi de algum modo influenciado pelos amigos?
09. Quais eram as bebidas que consumia com mais frequência?
10. Pensa que as atitudes da sua rede de relações, face à situação de alcoolismo, teriam sido diferentes se pertencesse ao outro género?
11. Quais as principais complicações que na sua perspectiva o comportamento alcoólico trouxe para a sua família?

12. Que elementos da família foram, e de que modo, em seu entender, mais afectados pelo comportamento alcoólico?
13. O comportamento alcoólico alterou-lhe na vida conjugal alguns hábitos, atitudes ou comportamentos?
14. A situação de alcoolismo afastou de si alguns amigos?
15. O comportamento alcoólico trouxe novos amigos à sua rede de relações, alcoólicos ou não alcoólicos?
16. O consumo de álcool era mais no seio da família, com os amigos, ou quando estava só?
17. O seu comportamento alcoólico trouxe mudança de atitudes da vizinhança em geral para consigo ou de si para com a vizinhança?
18. Que complicações trouxe a situação de alcoólico para a sua vida profissional??
19. Recebeu no período de alcoolismo mais apoio dos colegas de trabalho e das chefias, ou nem de uns nem de outros?
20. O alcoolismo fez nascer em si alguma forma de comportamento violento?
21. A adesão ao programa de recuperação para o comportamento alcoólico foi de sua própria iniciativa, ou foi pressionada pela sua rede de relações?
22. Quais as principais razões que levaram à adesão a um programa de recuperação?

10. Referências bibliográficas

Adês, J. e Michel Lejoyeux (2004, 1ª.Ed. 1997), *Comportamentos Alcoólicos e seu Tratamento*, Lisboa, Climepsi Editores.

Alarcão, Madalena (2006), *Desequilíbrios Familiares*, Coimbra, Quarteto

Amâncio, Lígia (1998), *Masculino e Feminino - A Construção Social da Diferença*, Porto, Edições Afrontamento.

Amâncio, Lígia (2003). “Género e assimetria simbólica. O lugar da história na psicologia social”. In Maria Luísa Lima, Paula Castro e Margarida Garrido (orgas.) *Temas e Debates em Psicologia Social*. Lisboa, Livros Horizonte pp.112- 122.

Ausloos, Guy (2003), *A competência das Famílias - Tempo, Caos, Processo*, Lisboa, Climepsi Editores.

Barker, Philip (2000), *Fundamentos da Terapia Familiar*, Lisboa, CLIMEPSI Editores

Bauer, J.(s.d.), *O Alcoolismo e as Mulheres*, São Paulo, Cultrix.

Chick, Jo, e Jonathan Chick (1998), *Problemas com a Bebida*, Porto, Campo das Letras S.A.

Connell, R. (2005), *The Gender*, Cambridge, Polity Press.

Deus, Alberto Afonso de, (2002), *O Alcoolismo: Uma Forma De Desistência Da Vida*, Lisboa, ISPA.

Dias, Ana Mónica. 2006, *Alcoolismo: Compreensão Psicodinâmica*, Lisboa, CLIMEPSI Editores

Giddens, A. (1997, 1ª. Ed. 1994), *Modernidade e Identidade Pessoal*, Oeiras, Celta Editora.

Ismail, Fátima (2002), *Álcool Benigno, Álcool Maligno*, Porto, Ambar.

Kellerhals, Jean, Pierre-Yves Troutot e Emmanuel Lazega (1989), *Microsociologia da Família*, Mem Martins, Publicações Europa-América.

Relvas, Ana (2004, 1ª.Ed. 1996), *O Ciclo Vital da Vida. Uma Perspectiva Sistémica*, Porto, Edições Afrontamento.

Roussaux, Jean-Paul, Blandine Faoro-Kreit e Denis Hers (2002), *O Alcoólico em Família*, Lisboa, Climepsi Editores.

Saraceno, Chiara e Manuela Naldini (2003), *Sociologia da Família*, Lisboa, Editorial Estampa.

Segalen, Martine (1999), *Sociologia da Família*, Lisboa, Terramar.

Selltiz, C., M. Jahoda, M. Deutsch e S. M. Cook (1965) “Coleta de Dados II- Questionários e entrevistas”, *Métodos de Pesquisa das Relações Sociais*, São Paulo, Herder, pp.275-323.

Torres, Anália (2001), *Sociologia do Casamento: a Família e a Questão Feminina*, Oeiras, Celta Editora.

Watzlawick, Paul, Janet Beavin, e Don Jackson (1967), *Pragmática da Comunicação Humana*, s.d., São Paulo, Editora Cultrix.